

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós Graduação em Sociologia

**Delegados da Polícia Federal: profissionalismo e
diferenças**

Autora: Maria Natália Barboza da Silveira

Orientadora: Maria da Gloria Bonelli

São Carlos
Dezembro de 2014

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós Graduação em Sociologia

**Delegados da Polícia Federal: profissionalismo e
diferenças**

Maria Natália Barboza da Silveira

Tese de doutorado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação
em Sociologia, da Universidade
Federal de São Carlos, como
parte dos requisitos para a
obtenção do título de doutora em
Sociologia.

Orientadora: Profa. Titular Dra. Maria da Gloria Bonelli

São Carlos
Dezembro de 2014

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

S587df Silveira, Maria Natália Barboza da.
Delegados da Polícia Federal : profissionalismo e
diferenças / Maria Natália Barboza da Silveira. -- São Carlos
: UFSCar, 2015.
190 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos,
2014.

1. Profissões. 2. Delegados de polícia. 3. Masculinidade.
4. Gênero. 5. Diferença. I. Título.

CDD: 331.712 (20^a)



Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx. Postal 676
13565-905 São Carlos-SP - Fone/Fax: (16) 3351.8673
www.ppgs.ufscar.br - Endereço eletrônico: ppgs@ufscar.br

MARIA NATÁLIA BARBOZA DA SILVEIRA

Tese de Doutorado em Sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Aprovada em 11 de dezembro de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

Profª Dra. Maria da Glória Bonelli
Orientador(a) e Presidente
Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFSCar

Profª Dra. Aparecida Neri de Souza
Universidade Estadual de Campinas

Profª Dra. Luciana Gross Siqueira Cunha
Fundação Getúlio Vargas

Prof. Dr. Richard Miskolci Escudeiro
Universidade Federal de São Carlos

Profª Dra. Fabiana Luci de Oliveira
Universidade Federal de São Carlos

Para uso da CPG

Homologado na 53.ª Reunião da CPG-
Sociologia, realizada em 25/02/15

Prof. Dr. Richard Miskolci Escudeiro
Vice-Coordenador do PPGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço à orientação da Professora Maria da Glória Bonelli, por quem tenho grande admiração pela dedicação e profissionalismo no exercício de sua carreira acadêmica. Sou muito grata pelos onze anos de orientação e pela amizade que desenvolvemos ao longo dessa jornada.

Agradeço à CAPES pela bolsa concedida.

Aos delegados e delegadas entrevistados durante a pesquisa de doutorado.

Agradeço aos professores que compuseram a banca Dra. Fabiana Luci de Oliveira, Dra. Luciana Gross Cunha, Dra. Aparecida Neri de Souza e Dr. Richard Miskolci.

Agradeço aos docentes do Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFSCar por todas as trocas acadêmicas.

Agradeço aos colegas do Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFSCar pelo apoio, compartilhamento de ideias e anseios.

Agradeço a todos às funcionárias Ana Suficiél Bertolo e Silmara Dionízio pela dedicação e auxílio aos discentes do Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFSCar.

Agradeço aos meus colegas de trabalho que de forma direta ou indireta deram sua contribuição e me incentivaram, e em especial Alexandre Mazzoni, Margareth Lex , Márcia Regina Felício por todo apoio e cumplicidade durante os anos que me dediquei ao doutorado.

Agradeço à Coordenação, Orientação e Direção do Colégio Santa Clara pela confiança depositada em mim como profissional e pelo apoio nesses anos.

Agradeço aos colegas e à equipe gestora do Di Cavalcanti, em especial a professora Priscilla pelas conversas e pela sua prontidão em ajudar.

Agradeço aos meus alunos por sempre demonstrarem interesse e busca pelo conhecimento sociológico.

Agradeço aos meus pais por toda força e incentivo mesmo nos momentos mais difíceis pelos quais passamos juntos. Pai e mãe obrigada por sempre me apoiarem e não me deixarem desistir da trajetória acadêmica.

Agradeço a meu companheiro Rogério pelo carinho, apoio, troca de experiências e cumplicidade em todas as fases desse processo. Obrigada por ouvir meus anseios, dúvidas e sempre mostrar-me o lado positivo de tudo.

RESUMO

O presente estudo analisa a carreira de delegado da Polícia Federal no estado de São Paulo, com o intuito de observar como masculinidades, gênero e diferença são articulados com profissionalismo pelos pares. O gênero é concebido pelo estudo como algo que é construído, e, muitas vezes, reproduzido, quando se vivencia a profissão. Assim, faz-se necessário explorar a existência ou não de uma masculinidade hegemônica institucional, como se faz feminino e masculino, e de que forma o padrão da heteronormatividade é vivenciado ao se trabalhar nesta carreira. O recorte espacial utilizado para a presente pesquisa é a cidade de São Paulo. A metodologia adotada é a de entrevistas qualitativas e análises de documentos da Polícia Federal, bem como o levantamento estatístico da composição por gênero da carreira, esses dados são tratados a partir das vertentes teóricas da sociologia das profissões em interface com masculinidades, gênero e diferença.

Palavras-chave: Delegados e delegadas da Polícia Federal, profissão, masculinidades, gênero, diferença e heteronormatividade.

ABSTRACT

This study examines the career of Federal Police special agents in São Paulo, in order to observe how concepts like masculinity, gender and difference are articulated to professionalism by them. This study conceives gender as something that is constructed, and often reproduced when such agents experiences the profession. Thus, it is necessary to explore the existence of an institutional hegemonic masculinity, as female and male, gender are made and how the pattern of heteronormativity are experienced in every day practice in this career. The field research was conducted in the city of São Paulo. The methodology is based on qualitative interviews and analysis of documents from the Federal Police, as well as statistical data of the gender composition of the group, these empirical evidences are focused by the approaches of sociology of professions.

Keywords: Female and male special agents of the Federal Police, profession, masculinities, gender, difference and heteronormativity.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quantitativo de servidores por situação funcional e sexo na Polícia Federal, 2009.....	107
Tabela 2: Quantitativo de servidores da Polícia Federal por idade e sexo, 2009.....	109
Tabela 3: Mulheres no quadro funcional da Polícia Federal, 2006.....	113
Tabela 4. Distribuição de Delegados da Polícia Federal por sexo, 2012.....	114
Tabela 5. Distribuição de Delegados da Polícia Federal por classe e sexo, 2012.....	117

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. TEORIAS SOBRE O PROFISSIONALISMO	15
3. MASCULINIDADES	29
4. PROFISSÕES E SUAS INTERSECCIONALIDADES.....	45
4.1 Profissões e gênero	45
4.2 Profissões e diferença.....	63
4.3 Profissões e identidades.....	81
5. METODOLOGIA.....	87
6. A POLÍCIA FEDERAL.....	93
6.1 Contextualização histórica e de formação.....	93
6.2 Perfil social da Polícia Federal e da carreira.....	106
7. PERFIL DOS ENTREVISTADOS	119
8. PROFISSÃO, MASCULINIDADES, GÊNERO E DIFERENÇA	120
9. DISCURSOS PROFISSIONAIS E ENTIDADES REPRESENTATIVAS	
.....	164
9.1 Trabalho de campo no V Congresso Nacional de Delegados da Polícia Federal em 2012.....	175
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS	178
11. BIBLIOGRAFIA	182

1.INTRODUÇÃO

Atualmente, o profissionalismo é marcado por profundas transformações, entretanto essas alterações não podem transmitir a ideia de que no mundo profissional prevalece a igualdade de oportunidades entre os gêneros. O profissionalismo como uma ideologia e uma prática de monopolização de mercados, expandiu-se no final do século XIX e consolidou-se no século XX. Esta forma alternativa de organização do trabalho não deixa de produzir as assimetrias nas relações de poder entre os gêneros.

O monopólio do exercício da profissão, as neutralidades da expertise, as relações de confiança entre leigo e profissional, a especialização e a dedicação integral à profissão formam um conjunto de características que reproduzem a segregação sexual do trabalho. Em contrapartida, as conquistas das mulheres em termos de direitos e espaço no mundo profissional superior acendem oportunidades de empoderamento (SCOTT, 1998) diminuindo as desigualdades e a subordinação feminina.

O presente trabalho adotou como objeto de estudo a profissão de delegado da Polícia Federal, tendo como foco os profissionais lotados no estado de São Paulo. O estudo faz parte de uma pesquisa de doutorado que visou entender como são desenvolvidas, negociadas e estabelecidas as práticas profissionais associando o arcabouço da sociologia das profissões, com as teorias sobre masculinidade, gênero e diferença.

A profissão de delegado da Polícia Federal é considerada um bastião masculino, tendo um número maior de homens do que mulheres. Assim, alguns apontamentos são centrais para problematizarmos como o profissionalismo é estruturado na carreira, e de que forma as relações entre os gêneros possibilitam negociações que resultam em distintas experiências. O trabalho concebe como importante apreender como os discursos profissionais são produzidos e o impacto disso ao pensarmos categorias como masculinidades, gênero e diferença. O processo de construção de valores profissionais de delegadas e delegados foi problematizado a partir da transversalidade dessas categorias que possibilitam “fazer” a profissão.

O estudo vale-se do conceito de profissionalismo articulado por Freidson (1998), que expressa uma forma alternativa de organização do mercado de trabalho. O autor diferencia duas formas em que o conceito de profissão é utilizado. A primeira, o define como um amplo estrato de ocupações prestigiosas e variadas, no qual os indivíduos passaram por um processo de inserção e formação no ensino superior, tendo a educação um peso muito maior na identificação profissional dos mesmos, do que suas habilidades ocupacionais específicas. A segunda forma de se conceber profissão pauta-se em limitadas ocupações que possuem traços ideológicos e institucionais particulares que são mais ou menos comuns. Para o autor, esse segundo modo de se pensar o conceito contribui para articular a definição de profissionalismo como um modo de organizar uma ocupação. O profissionalismo assim não seria apenas um status, isso porque ele produz identidades ocupacionais distintas e abrigos exclusivos no mercado que sustentam cada ocupação separada umas das outras, e muitas vezes, em oposições e conflitos (FREIDSON, 1998, p.51).

Esse segundo modo, proposto por Freidson para se pensar o conceito de profissão foi aplicado no caso da Polícia Federal.

Delegadas e delegados de polícia foram analisados a partir dessa conceituação.

Também será utilizada a definição de profissionalismo de Julia Evetts (2003), como um importante mecanismo de articular discursos para produzir práticas profissionais a partir deles. A autora avalia o impacto do profissionalismo tanto em nível macro como microssocial, mostrando que ele tem sido empregado na negociação da competência do trabalho de grupos ocupacionais, assim como de indivíduos autônomos, e em uma dimensão micro, o profissionalismo pode ser compreendido como um mecanismo disciplinar para estabelecer conduta e padronização do trabalho.

A pesquisa buscou mostrar como profissão, masculinidade, gênero e diferença articulam-se, e de que forma isso pode ser experimentado no cotidiano d@s profissionais. Para analisar esse processo é fundamental explorar como se faz feminino e masculino, e como o padrão de heteronormalidade e a homossexualidade são vivenciados ao se trabalhar na carreira de delegado da Polícia Federal.

As profissões suscitam ambivalências, fazem gênero, produzem desigualdades, todavia podem restabelecer o status do *self* que vive a discriminação social, o preconceito na sociedade, mas que

se realiza muito no trabalho, podendo ser reconhecido como *expert*, e ser dignificado. Nesse sentido, entender como um grupo profissional se constitui e é avaliado com maior prestígio e reconhecimento pela sociedade precisa estar articulado como cada carreira se estrutura.

O profissionalismo que é associado à ideologia da neutralidade, passa a ser problematizado a partir das relações entre os gêneros, nesse sentido, buscou-se pensar como se operam as desigualdades nessa forma de organização do trabalho.

A carreira de delegado da Polícia Federal está dividida em 3ª Classe, 2ª Classe, 1ª Classe e Classe Especial, assim será relevante observar qual a proporção de homens e mulheres nessas faixas de ascensão profissional. A pesquisa constatou que houve um impacto na carreira com o aumento da participação feminina e que isso é reproduzido no discurso dos profissionais. Foram realizadas entrevistas com homens e mulheres a fim de analisar quais as diferenças e semelhanças produzidas nos discursos.

O estudo estabelece a hipótese de que haveria uma masculinidade hegemônica (CONNELL, 1995) que organizaria os discursos profissionais de homens e mulheres. Esse padrão por sua vez não impede que surjam várias formas de masculinidades e

percepções. Para tanto, algumas questões relevantes foram levantadas para nortear a pesquisa. Existiria um modelo de masculinidade hegemônica dentro da Polícia Federal, ou poderíamos falar em múltiplas masculinidades? Como isso é percebido e negociado por homens e mulheres?

O presente estudo aplica a noção de performatividade de gênero a partir das contribuições de Butler e como essa performatividade pode ser vivenciada e traduzida no profissionalismo.

O trabalho pauta-se no argumento de que o profissionalismo deve ser problematizado e concebido como um importante mecanismo que gerou desigualdades, e que os discursos profissionais atuaram para produzir essas práticas. Por outro lado, é preciso ter a dimensão que o profissionalismo enquanto uma via de mão dupla pode ser operacionalizado como uma forma de desconstruir tais assimetrias. Para tanto, é imprescindível debatermos como o profissionalismo pode articular as diferenças de gênero nas carreiras jurídicas, tendo como foco a profissão de delegado da Polícia Federal.

2. TEORIAS SOBRE O PROFISSIONALISMO

Rodrigues (1997) analisa de que modo as profissões se desenvolveram abordando as diferentes correntes teóricas que contribuíram para esta temática. O fenômeno profissional ganha espaço na sociologia na segunda metade do século XX constituindo-se a partir daí em um “processo interno de especialização científica” que resultou na formação de uma subárea que é a sociologia das profissões. Baseado nisso:

A sociologia das profissões seria assim, antes de tudo, um produto de vínculos sociais e ideológicos, limitada por uma visão do mundo, da sociedade e do homem orientadora do seu desenvolvimento (RODRIGUES, 1997:2).

Dentre as primeiras vertentes teóricas que contribuíram para a discussão sobre as profissões temos a funcionalista, a marxista e a interacionista simbólica. O funcionalismo tendia a pensar o fenômeno

das profissões a partir de uma noção de hierarquia de classes e classificações e da aplicação de um modelo, ou melhor, de um tipo idealizado. Estabelecido isso, as profissões para a linha funcionalista seriam pautadas na ideia de um *continuum*, e teriam como atributo uma função social. Parsons (1967) concebe as profissões como detentoras de autoridade e competência a partir de uma linha de valores. Destaca-se a racionalidade científica, a especialização e a universalidade de tratamento dos clientes. Estes valores estabeleceriam a autoridade profissional e a base de confiança na relação entre o profissional e o público.

Para a visão marxista, a questão profissional deveria ser pensada à luz da polarização de classes, em que se tem dentro da sociedade capitalista a burguesia de um lado e o proletariado de outro, não possuindo um *continuum* ou grau.

Já na concepção do interacionismo simbólico as profissões são pensadas colocando-se ênfase no processo de transformação das ocupações, nas interações cotidianas e nos conflitos travados a partir das relações sociais, logo a profissão seria resultado de interações sociais que contribuíram para a articulação e organização dos grupos profissionais. Assim, para essa corrente as profissões seriam objetos

da prática cotidiana nas quais ocorrem interações que organizam grupos profissionais, e conflitos que demarcam fronteiras entre eles buscando garantias jurisdicionais para reservar mercados.

Para a realização desse trabalho me vinculei a essa corrente teórica para focalizar como as interações, as experiências, os discursos e os conflitos organizam um grupo profissional, enfatizando a carreira de delegado de polícia da Polícia Federal.

Rodrigues levanta algumas críticas ao modelo funcionalista dentre elas, a questão da a-historicidade e a da aplicação e reprodução de um modelo. Sendo assim, de acordo com ela para se pensar as profissões como um modelo todas as experiências devem cumprir o que tal modelo estabeleceu como regra. É nesse sentido que se deve frisar a relevância das especificidades históricas de cada experiência.

Dando continuidade ao estudo da sociologia das profissões tem-se entre as décadas de 70 e 80 o surgimento de um grande número de vertentes paradigmáticas e metodológicas. É nesse contexto que surge o paradigma do poder em que se tem como seus principais expoentes Johnson, Freidson e Larson. De acordo com o paradigma do poder a base do poder profissional se daria: 1) Pela *expertise* (produção de conhecimento abstrato); 2) Pela autonomia

(conferida pelo monopólio do conhecimento e por credenciais) e 3) Pelo credencialismo (através de mecanismos que possibilitem que as profissões detenham posições e controlem o acesso a “interpretação”, “julgamento” e “solução” de problemas).

O poder profissional pode ser definido pela capacidade de transformação de determinada ordem de recursos numa outra ordem que é a de incidência. Para Freidson, os recursos para se pensar seriam cognitivos incidindo sobre a organização de trabalho e sobre o conhecimento. Para Johnson, os recursos seriam políticos incidindo na relação com os clientes. Já para Larson, os recursos culturais/ideológicos teriam incidência no mercado de trabalho (RODRIGUES, 1997: 58-59).

Desse modo, podemos observar que Johnson colocou como ponto chave para o poder profissional o controle da relação com o cliente, que envolve a relação produção/ consumo. Já Freidson, enfocou que a autonomia ou a organização do próprio trabalho depende do monopólio do conhecimento e da proteção do mercado. Larson, por sua vez, pautou-se no monopólio do conhecimento e no fechamento sobre um mercado de serviços profissionais.

A questão do profissionalismo foi abordada diferentemente por esses autores do paradigma do poder. Johnson define o profissionalismo como um específico tipo de controle ocupacional, rompendo assim com a ideia de *continuum* e inovando com a concepção de modelos resultantes da configuração de distintas combinações dos elementos que estruturam o controle ocupacional.

Freidson define a profissionalização como um processo em que uma ocupação adquire o direito exclusivo de realizar um determinado tipo de trabalho e o controle sobre a formação e o acesso, como também o poder de determinar e avaliar o modo como o trabalho é realizado, portanto a profissão seria um princípio ocupacional de organização do trabalho. Assim, o autor enfatiza que:

O profissionalismo é definido por meio das circunstâncias típico-ideais que fornecem aos trabalhadores munidos de conhecimento os recursos através dos quais eles podem controlar seu próprio trabalho, tornando-se, desse modo, aptos a criar e a aplicar aos assuntos humanos o discurso, a disciplina ou o campo particular sobre os quais têm jurisdição (FREIDSON, 1996: 141).

Para Larson, o profissionalismo é concebido como um “*projeto coletivo de mobilidade social*”, dessa forma a profissionalização seria um processo de fechamento social em que os grupos buscam intensificar os seus resultados e os seus recursos, restringindo para isso o seu acesso. Segundo a autora, o princípio dominante presente nas sociedades contemporâneas é o de ganhar status via trabalho, logo seria o mérito da ocupação que organizaria os princípios de classificação social. Baseado nisso, é válido mencionar que Freidson e Larson identificam que o controle sobre uma área do saber é um elemento essencial para a organização de um grupo profissional.

O profissionalismo seria então uma forma de organização do trabalho, o que Freidson chamou de a terceira lógica. Como outros modelos de organização do trabalho temos o burocrático e o de mercado. A lógica do profissionalismo tem como base o princípio ocupacional, sendo assim esse modelo valoriza o conhecimento abstrato, a educação em ensino superior, o controle do mercado pelos pares, a autonomia para realizar diagnósticos, a prestação de serviços especializados com qualidade e independente dos interesses dos clientes, do Estado e do mercado. O termo que resume a ideologia do

profissionalismo é a *expertise* (conhecimento especializado de caráter abstrato) que possibilita fundamentar a independência do grupo.

A lógica do modelo de mercado pauta-se no princípio da livre concorrência e os termos que sintetizam a sua ideologia são: competição e consumismo. Esse modelo contrapõe-se ao modo como o profissionalismo estrutura-se e organiza-se, opondo-se ao monopólio de mercado e a obrigatoriedade da posse de diploma no ensino superior.

Já a lógica do modelo burocrático é estruturada no princípio gerencial da administração racional-legal. Weber (1984) fez uma análise identificando que nas sociedades ocidentais contemporâneas havia uma tendência à racionalização em todas as esferas da vida social. Uma das formas através da qual essa tendência à racionalização se atualiza nas sociedades ocidentais é a organização burocrática. A ideologia burocrática articula a crítica ao profissionalismo através da ação do Estado, que busca controlar as profissões por meio de mecanismos de supervisão e avaliação colocando-as como verdadeiras organizações corporativas. O seu ideário, por sua vez, pode ser sintetizado pela valorização do caráter administrativo, da eficiência e da hierarquização do trabalho.

Estabelecendo uma análise desses modelos Bonelli enfatiza que:

Cada uma dessas lógicas são alimentadas por ideologias distintas que competem para influenciar a opinião pública e apresentar-se como alternativas mais apropriadas para a organização do trabalho (2002, p.17).

Retornando para análise do profissionalismo é válido mencionar as cinco características apresentadas por FREIDSON *apud* BONELLI (2002: 18-19) para pontuar tal modelo que são:

- 1) Um tipo de trabalho especializado da economia formal, com um corpo de base teórica de conhecimento e habilidades discricionárias e que receba um status especial na força de trabalho;
- 2) Jurisdição exclusiva em uma dada divisão do trabalho controlada pela negociação entre as ocupações;
- 3) Uma posição protegida no mercado de trabalho interno e externo, baseada em credenciais qualificadas pela ocupação;

- 4) Um programa formal de treinamento desenvolvido fora do mercado de trabalho, que produza credenciais qualificadas pela ocupação em associação com o ensino superior;
- 5) Uma ideologia que priorize compromisso com a realização de um bom trabalho em vez do ganho financeiro e da qualidade em vez da eficiência econômica da atividade.

Tais características são elencadas por Freidson a partir de uma forma típica ideal, entretanto elas podem variar de acordo com o tipo de Estado e com suas ações políticas, com as especificidades históricas, com a organização da profissão e com as ideologias defendidas pelo Estado. O autor acredita que o Estado tem um peso significativo para a estruturação do profissionalismo, já que as instituições deste modelo não podem ser estabelecidas sem o exercício do poder do Estado, isso porque o capital humano e o capital cultural não implicam na garantia do poder do capital econômico ou político.

Desse modo, o autor tenta entender e pensar como a profissão se organiza através de um poder profissional, assim ele traz a ideia de Max Weber de “encerramento social” que é traduzida através de uma proteção concedida pelo ensino superior e pelas credenciais,

resultando num controle ocupacional do mercado de trabalho. Freidson, por sua vez prefere utilizar o termo “reserva de mercado” para representar o certificado de competência conferido pelas credenciais e o poder do diagnóstico que é garantido pela educação superior.

Dando continuidade a uma análise do profissionalismo temos duas perspectivas que contribuíram muito para o desenvolvimento deste conceito. A primeira perspectiva é a sistêmica representada por Andrew Abbott que tende a observar as profissões a partir de um determinado sistema, além disso, é preciso olhar as peculiaridades históricas e sociais de cada modelo profissional. A segunda perspectiva é a comparada que focaliza a importância da história das instituições e a comparação através das peculiaridades históricas e sociais de cada processo de profissionalização em diversos países. Como expoentes teóricos dessa vertente temos Halliday e Karpik.

Karpik ao desenvolver uma análise comparada sobre os advogados franceses mostra que aquilo que demarcou a identidade deste grupo profissional foi a longa luta pela autonomia profissional frente ao Estado. Assim, com base no caso francês, o autor ressalta que a autonomia profissional passa a ser o ponto-chave para

desenvolver a coesão do grupo profissional. O estudo de Karpick sobre a trajetória da Ordem dos Advogados de Paris mostra como o forte elo de dependência do Estado no século XVI é modificado por meio da luta pela autonomia e pela conquista do autocontrole (BONELLI, 2002: 32-33).

Outro autor de grande relevância para o estudo das profissões é Terence Halliday que também se insere na perspectiva comparada. Para o autor, as profissões normativas como as do mundo do Direito distinguem-se das profissões científicas, por possuírem as formas técnicas e morais da autoridade profissional. De acordo com Halliday, o fato do mundo do Direito trabalhar com normas sociais possibilita que ele tenha um mandato moral para com a sociedade. Portanto, isso estaria além da autoridade técnica típica das profissões científicas e dos interesses da política convencional, entretanto as instituições nas quais essa autoridade é exercida influenciam seu resultado, favorecendo-a ou constringendo-a. As dimensões institucionais primárias seriam aquelas centrais à profissão, logo contribuiriam para se atingir uma legitimidade profissional completa. Já as esferas institucionais secundárias são aquelas em que a prática dos profissionais é mais restringida, sendo que eles têm uma legitimidade

circunscrita, pois o foco de atuação da organização não pertence ao núcleo do conhecimento especializado obtido. Como exemplo disso, temos no Brasil a Segurança Pública e a polícia com relação ao campo jurídico (BONELLI, 2002: 207-208).

Julia Evetts (2003) inova o debate sobre o profissionalismo, pois o concebe como discurso. Fatores como lentidão na atuação, erros de procedimento, corrupção e profissionais pouco interessados em seu público estariam abalando a relação de confiança entre leigos e experts. Concomitantemente, a este processo de descrença para com os profissionais, teríamos a valorização do uso do profissionalismo como definidor de serviços e de trabalhadores competentes. A partir desses dois processos dicotômicos a autora estrutura a construção de profissionalismo como discurso. O discurso é pensado tendo como base a concepção foucaultiana compreendendo também os conceitos de governamentalidade, disciplina e assujeitamento possibilitando a apreensão do discurso do profissionalismo em contextos macrossociais e microssociais.

Foucault (1979) em sua formulação acerca do poder e a fluidez de seu conceito no sentido de abarcar as necessidades de uma relação

entre os sexos, que mais do que polarizada, é relacional, relaciona-se com os estudos sobre profissões, gênero e diferença. Segundo o autor, o poder contém mobilidade, que significa encontrá-lo, mesmo que em quantidades assimétricas, nos dois polos de uma relação. Poder é relação heterogênea e pode representar uma situação de tensão.

“(…) tomar o poder como uma forma de dominação maciça e homogênea de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras (...) não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhes são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação, nunca são alvos inertes e consentidos do poder, são sempre centros de transmissão.” (Foucault, 1979, p.183)

O poder não tem estruturas rígidas e hierarquizadas, não se localiza apenas de cima para baixo, mas está presente e se transmite em redes de relações. Os indivíduos não são meros receptores, mas também são transmissores e o poder circula em suas tramas. Por isso, no presente estudo levou-se em consideração o modo como os sujeitos ressignificam esse poder que é reproduzido pelo discurso profissional dos delegados e delegadas da Polícia Federal. A pesquisa constatou que existe uma masculinidade hegemônica que é reproduzida pelos discursos, no entanto, existe resistência e a abertura de múltiplas masculinidades, representações e performances de gênero.

3. MASCULINIDADES

Miriam Grossi (1995) constata que uma das principais definições da masculinidade na cultura ocidental para o gênero é que o masculino é ativo. Desse modo, ser ativo, no senso comum a respeito de gênero, tem o significado de ser ativo sexualmente. Peter Fry representando um dos modelos de estudos mais tradicionais sobre o gênero irá conceber o gênero masculino como homem, homem é aquele que “come”, que penetra com seu sexo não apenas mulheres, mas também outros homens, feminilizados na categoria “bichas”. Fry nos mostra em suas análises que em outros lugares, como na Inglaterra e nos Estados Unidos, não é a atividade sexual que definiria a identidade de gênero masculina, mas sim o fato de que a sexualidade seja exercida apenas com parceiras do sexo feminino. Por outro lado Grossi ressalta que:

Para a constituição do modelo de masculinidade hegemônica em nossa cultura, atividade não diz respeito apenas à sexualidade; ela é também

percebida positivamente como agressividade. Já na constituição da identidade de gênero na infância, observamos como o masculino se constitui pela hiperatividade dos meninos, que se confunde seguidamente com agressividade (1995, p. 6).

A autora chama a atenção para o fato de que quando se pensa em masculinidade e violência hoje no Brasil, não tem como fugir da associação entre a exclusão social e os processos de constituição de identidades masculinas. A exclusão social abrangeria uma parcela significativa de jovens tais como “favelados”, “desempregados”, “com pouca educação formal”. Assim, essa expressiva parcela da população jovem masculina excluída encontraria no tráfico de drogas e na criminalidade um *locus* privilegiado de afirmação de identidade masculina, expressa pelo uso da violência.

No caso da presente pesquisa iremos problematizar como a masculinidade é vivenciada na profissão e como ela é perpassada e interseccionada pelo gênero e diferença.

Utilizo a conceituação de Connell (1995) de masculinidade hegemônica para analisar os discursos dos profissionais da PF que são majoritariamente homens, no entanto, ressalta-se que dentro de um

mesmo ambiente cultural ou institucional podem surgir múltiplas masculinidades. Como esse processo perpassa a carreira estudada? Haveria de fato uma masculinidade hegemônica? Como as mulheres percebem isso, qual o impacto para a profissão?

Connell, ao problematizar que as ciências e a tecnologia ocidentais são culturalmente masculinizadas por serem idealizadas e realizadas de forma majoritária por homens avalia que as instituições são passíveis de generificação. Desse modo, ao estudarmos uma instituição onde há a presença predominante de um dos sexos podemos observar a tendência dela generificar-se. O autor questiona se seria possível generificar as obras por uma mecânica dedução do gênero dos seus produtores. Ele constata que mais importante do que o gênero dos produtores seriam os esquemas de pensamento sobre gênero que percorrem uma determinada instituição.

Connell compreende a masculinidade como um gênero assim como as feministas americanas que, ao conceberem o conceito, visavam associá-lo a uma qualidade fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo, repulsando o determinismo biológico. O autor estabelece um intenso debate com as Ciências Humanas e com a Psicanálise, tendo, sobretudo a influência de Foucault, vê o gênero e a

sexualidade adulta como um extenso constructo social e discursivo, organizado por uma interação, marcada também por conflitos.

O autor concebe o gênero como uma metáfora de poder assim como a tendência da masculinidade dominante nos países capitalistas estar associada à dominação social, política e econômica. Desse modo, o mundo social formado por práticas corporal-reflexivas é um domínio da política - a de gênero – socialmente corporificada (CONNELL, 1995, p. 66).

Para Connell, as práticas corporal-reflexivas não podem ser individuais, uma vez que abrangem relações sociais e simbólicas e envolvem instituições. Ao analisar uma história generificada das instituições e da economia, o autor pensa a masculinidade não apenas como uma característica da identidade pessoal, mas a encontra presente nas relações sociais, nas instituições e no mercado de trabalho, conferindo-lhe uma forma historicizada.

Ao pensarmos a questão de uma masculinidade hegemônica conceituada por Connell (1995) temos que observar que:

O modelo hegemônico, ‘normal’, de masculinidade é tão predominante que muitos crêem que as características e condutas associadas ao mesmo

sejam ‘naturais’” Na realidade, não há a construção de uma única, mas de masculinidades. Reconhecer a possibilidade dos vários tipos de masculinidade, não significa tornar essas variâncias fixas, mas oferecer aos homens atuais a possibilidade teórica de diferenciarem e legitimarem as suas masculinidades entre si. Para Connell, a produção de um tipo particular de masculinidade exemplar requer uma luta política e a derrota de outras alternativas. Influenciado pelos aportes trazidos pelo movimento *gay* desde a década de 1970, afirma haver contradições na e sobre a masculinidade (FILHO, 2012, p.6).

A masculinidade hegemônica para Connell expressa a configuração de gênero que incorpora a resposta atual aceita para o problema da legitimidade do patriarcado, mantendo a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres. A hegemonia poderá ser estabelecida somente se existir correspondência entre o padrão cultural e o poder institucional. A partir do momento que as condições para a defesa do patriarcado mudam, as bases para a dominação ou hegemonia de uma masculinidade particular são gradualmente destruídas. Sendo a hegemonia configurada como historicamente mutável (Garcia, 1998, p. 46-47).

Connell avalia que não se deve acentuar as diferenças entre homens e mulheres, sem levar em conta as raciais, de classe e de sexualidade, pois apresentam uma interseccionalidade em processos identitários pessoais. Ainda que reconheça as transversalidades de classe e raça na constituição da masculinidade, o autor não as considera únicas ou mais significativas para explicar a diferenciação intramasculina, isso porque dentro de um mesmo ambiente cultural ou institucional, podem surgir vários tipos de masculinidades.

Oliveira (2004) concebe a masculinidade como um espaço simbólico de sentido estruturante que modela atitudes, comportamentos e emoções a serem seguidos. Os que seguem os modelos padrões não só são atestados como homens como também não são questionados pelos outros que compartilham desses símbolos. O autor discute a masculinidade a partir de uma sociogênese moderna que se volta para instituições que foram decisivas para o surgimento de suas características contemporâneas fundamentais. Nos séculos XVIII, XIX e parte do século XX, atributos vistos como positivos como ser valente, firme, inteligente, viril e imponente foram associados ao ser masculino refletindo qualidades que valorizadas pela sociedade.

No ideal moderno, a transformação de um menino em homem deveria ser estruturada primeiro pela “*aquisição de um certo padrão físico e, depois, através de uma adequação moral, que deveria culminar com a consagração do casamento* (OLIVEIRA, 2004, p. 54)”. No século XIX, Oliveira mostra como os discursos médicos apoiados no slogan *mente sã num corpo sã* contribuíram para o processo de desqualificação dos que não se encaixavam nesse modelo como insanos, negros, judeus, homoorientados por não enquadrarem-se no ideal burguês de masculinidade, imputando-lhes o *status* de serem diferentes ou serem deficientes sob algum aspecto. Junto a essa desqualificação, a mulher costumava também ser vista como ser inferior.

O autor aborda a questão da disciplinarização do corpo masculino utilizando conceitos como docilidade e utilidade, assim constata que “*o processo de subjetivação quase que se igualava ao processo de sujeição presentes nas forças armadas, nas escolas, em conventos, internatos, colégios, quartéis, presídios, fábricas, hospitais, asilos etc.*” (OLIVEIRA, 2004 p. 63).

Passando para a contemporaneidade o autor avalia que a masculinidade estaria vivenciando fragilidades, angústias, crises,

modismo e contradições. Para ele *“apesar de todas as mudanças socioestruturais e todos os movimentos que continuamente contestam a hegemonia masculina, esse lugar simbólico ainda é bastante valorizado e funciona como bússola de orientação para a construção de identidades em diversos segmentos sociais”* (OLIVEIRA, 2004, p. 285).

O conceito de heteronormatividade está presente na discussão de Oliveira (2004) e é utilizado no estudo e simboliza as expectativas, os processos e as obrigações sociais pautadas no pressuposto da heterossexualidade como algo normal e que deve estruturar a sociedade. Tal conceito expressa um conjunto de prescrições, organizando assim processos sociais de regulação e controle, e isso se estende até mesmo para pessoas que se relacionam com outras do mesmo sexo (MISKOLCI, 2008, p. 156).

Grossi chama atenção para o fato de muitos autores indicarem uma possível “crise da masculinidade”, crise esta que seria resultado do desconforto masculino face às conquistas das mulheres no mundo contemporâneo. A autora chama atenção para o fato desta crise ser de certa forma algo estrutural do indivíduo moderno. Desse modo, assim como o feminismo trouxe uma crise na vida das mulheres, trouxe na

vida dos homens. Grossi prefere utilizar: “A categoria “processo de mudança” me parece mais adequada para pensar o momento pelo qual estão passando homens e mulheres em suas relações e constituições de processos identitários (Grossi, 1995, p. 29)”.

No entanto, Grossi ressalta que devemos tomar cuidado com o uso da dicotomia masculinidades hegemônica/ subalterna indicando não ser esta a melhor forma para problematizarmos os diferentes modelos identitários que os homens brasileiros experienciam, a noção de masculinidade subalterna não seria a forma mais indicada para pensarmos em masculinidades não hegemônicas, devido ao peso negativo da categoria subalterno (1995, p. 29).

Alguns estudos destacam-se ao problematizarem a questão da masculinidade em ocupações e profissões. Nixon (2009) estuda homens de classe trabalhadora com baixa qualificação na Inglaterra, mesmo frente ao crescente desemprego, têm uma resistência em entrar no setor de serviços, que demandaria um trabalho emocional, já que tal função estaria distante das representações de masculinidade comuns à classe. A identidade masculina foi analisada por Mooney-Somers e Ussher (2008) a partir dos discursos masculinos sobre práticas sexuais como garantia de reconhecimento da

heterossexualidade. Prokos e Padavic (2002) apontaram como se dá a construção de uma masculinidade hegemônica na Academia de Polícia americana, que utiliza um discurso oficial de neutralidade de gênero, mas que na prática reproduz informalmente brincadeiras e comentários que excluem as mulheres e demarcam a diferença de gênero como a mais importante. A entrada de policiais femininas abala a representação do trabalho de policial como uma profissão tipicamente masculina. A masculinidade hegemônica neste contexto é associada a uso de armamentos, combate ao crime, agressividade, resistência aos comandos, brigas e aspiração por atuar em áreas urbanas com altos níveis de criminalidade. Já a percepção da feminilidade vincula-se a características opostas, como domínio do lar, virtudes morais, regras formais, trabalho social, limpeza, e emotividade (Eccel e Grisci, 2011, p.59-60).

Em estudo sobre masculinidade e organizações, Eccel e Grisci (2011) constatam que os ideais de masculinidade não são totalmente explícitos, mas perpassam as crenças, ideias e representações do que é valorizado em cada contexto. As consequências para a gestão referem-se à possibilidade de compreender o trabalho como atividade generalizada e os efeitos disso para a organização. A identidade

masculina, que se confunde com o modelo de trabalhador padrão, é colocada como parâmetro em que os sujeitos reais do trabalho são comparados, sejam mulheres, sejam homens que se distanciam dos modelos hegemônicos. As autoras ressaltam a importância de romper com a cegueira de gênero que perpassa os estudos organizacionais.

Connell e Messerschmidt (2013) analisam que o conceito de masculinidade hegemônica formulado há duas décadas influenciou consideravelmente o pensamento atual sobre homens, gênero e hierarquia social. Esse conceito possibilitou uma ligação entre o campo em crescimento dos estudos sobre homens (também conhecidos como estudos de masculinidade e estudos críticos dos homens), ansiedades populares sobre homens e meninos, posição feminista sobre o patriarcado e modelos sociais de gênero. Encontrou uso em campos aplicados que variam desde a educação ao trabalho antiviolença até a saúde e o aconselhamento.

O conceito de masculinidade hegemônica tem influenciado os estudos de gênero em vários campos acadêmicos, mas ao mesmo tempo tem atraído um sério criticismo. Os autores traçam a origem do conceito a uma convergência de ideias no início dos anos 1980 e mapeiam as formas através das quais o conceito foi aplicado quando

os estudos sobre homens e masculinidades se expandiram. Avaliando as principais críticas, defendem o conceito de masculinidade como fundamental, uma vez que, na maioria das pesquisas que o opera, seu uso não é reificador nem essencialista. Contudo, os autores destacam que as críticas aos modelos assentados em características de gênero e às tipologias rígidas são sólidas.

O tratamento do sujeito em pesquisas sobre masculinidades hegemônicas pode ser melhorado com a ajuda dos recentes modelos psicológicos, mesmo que os limites à flexibilidade discursiva devam ser reconhecidos. O conceito de masculinidade hegemônica não equivale exclusivamente a um modelo de reprodução social; precisam ser reconhecidas as lutas sociais nas quais masculinidades subordinadas influenciam formas dominantes. Os autores sugerem a reformulação do conceito em quatro áreas: um modelo mais complexo da hierarquia de gênero, enfatizando a agência das mulheres; o reconhecimento explícito da geografia das masculinidades, enfatizando a interseccionalidade entre os níveis local, regional e global; um tratamento mais específico da incorporação em contextos de privilégio e poder; e uma maior ênfase na dinâmica da masculinidade hegemônica, reconhecendo as

contradições internas e as possibilidades de movimento em direção à democracia de gênero.

Os autores destacam que:

A debilidade da teoria dos papéis sexuais foi, entretanto, cada vez mais reconhecida. Esses autores incluíram a desfocagem característica do comportamento e da norma, o efeito homogeneizador do conceito de papel e suas dificuldades em acessar o poder? Considerar a questão do poder? Dar conta da questão do poder? Incorporar a concepção de poder? Por outro lado, o poder e a diferença foram conceitos centrais no movimento de liberação gay, o qual desenvolveu uma análise sofisticada da opressão do homem, assim como da opressão pelo homem. Alguns teóricos perceberam a liberação gay como ligada a um ataque aos estereótipos de gênero. A ideia de uma hierarquia das masculinidades cresceu diretamente a partir da experiência de homens homossexuais com a violência e com o preconceito dos homens heterossexuais. O conceito de homofobia originou-se nos anos 1970 e já estava sendo atribuído ao papel masculino convencional. Teóricos desenvolveram contribuições cada vez mais sofisticadas sobre as relações ambivalentes entre os homens gays e o patriarcado e com a masculinidade

convencional (CONNELL e MESSERSCHMIDT, 2013, p.243-244).

Os autores ressaltam a importância das pesquisas empíricas para a problematização do conceito de masculinidades. Houve um crescimento de estudos de campo que estavam documentando hierarquias locais de gênero e culturas locais de masculinidades nas escolas, em locais de trabalho dominados por homens e em comunidades populares. Tais estudos possibilitaram um realismo etnográfico de que a literatura de papéis sexuais carecia, confirmando a pluralidade de masculinidades e as complexidades da construção do gênero para os homens, evidenciando a luta ativa pela dominância, que está associada ao conceito gramsciano de hegemonia. Os autores reforçam a existência de múltiplas masculinidades que são construídas por “ordens” de gênero. Assim como identificam mecanismos de hegemonia que operam por invisibilidade, removendo a forma dominante da masculinidade da possibilidade de censura.

Adelman (2011) em estudo sobre as mulheres no mundo equestre analisa que enquanto as atividades masculinas simbolizam prestígio e prazer, as atividades femininas tendem a ser

desvalorizadas, invisibilizadas, assim perpetuando o afastamento das mulheres dos espaços públicos. A autora desenvolveu uma pesquisa com mulheres no mundo equestre, um espaço muito masculinizado e constatou que apesar das pressões normativas e das barreiras culturais e/ou materiais que as mulheres encontram em sua trajetória, foi possível identificar em suas práticas elementos de desafio às formas hegemônicas de viver o corpo e a subjetividade. A autora recorre ao conceito de homosocialidade, como a construção histórica de uma sociabilidade masculina desenvolvida nos e pelos espaços públicos, e que toma forma na vida cotidiana pelo processo de exclusão explícita ou implícita das mulheres. A homosociabilidade associa-se à consolidação da cultura moderna e às relações de poder burguesas e patriarcais, desse modo, a autora conclui que a homosociabilidade seria responsável por uma celebração dos laços que se forjam entre homens.

Adelman chama atenção para o fato de que o monopólio masculino nos espaços públicos estão sendo renegociados e ressignificados:

Embora uma cultura de homosociabilidade persista e imponha uma estrutura de gênero sobre muitos

aspectos da vida cotidiana no Brasil, o monopólio masculino sobre espaços públicos – sejam de trabalho ou de lazer – está sendo constantemente questionado, contestado e renegociado. A participação das mulheres nos esportes equestres é um fascinante exemplo disso, tomando características particularmente desafiadoras dentro de camadas proletárias ou populares nas quais as jockeys e as amazonas do rodeio se situam. Assim como nenhum meio social pode manter-se às margens das mudanças, nenhum meio carece de pessoas – mulheres e algumas vezes homens também – valentes que assumem os desafios de romper barreiras e cruzar fronteiras (2011, p. 950).

No caso dos delegados e delegadas da PF percebe-se que a homosociabilidade constrói os espaços profissionais e os valores da carreira. O estudo partilha a ideia de que podemos construir uma masculinidade ou uma feminilidade sem hegemonia, sem tantos rigorismos ou fechamentos identitários. No entanto, é importante analisar como construções hegemônicas são estabelecidas de forma institucional, como no caso da Polícia Federal e como o profissionalismo incorpora outros tipos de masculinidades e o impacto disso para a profissão.

4.PROFISSÕES E SUAS INTERSECCIONALIDADES

4.1 Profissões e gênero

O conceito de gênero utilizado no estudo é concebido como uma categoria relacional, para tanto, será enfatizado como ele é uma construção social que procura fixar identidades a partir das diferenças percebidas entre os sexos, sendo também um modo de dar significado às relações de poder. A presente tese de doutoramento trabalha com a definição de gênero de Joan Scott (1990) que contribuiu para a crítica à essência que se atribuía à diferença física entre homens e mulheres universalizando a dominação masculina no tempo e no espaço, como também, para destacar a dimensão relacional da categoria de gênero, não cabendo focalizar a mulher fora das relações sociais e culturais com outros homens e mulheres.

O gênero como categoria analítica desconstruiu a concepção biologizada, enfatizando como a diferença sexual é socialmente construída, não sendo a base da subordinação feminina. A autora

demonstrou também como a segregação no mercado de trabalho é parte do processo de construção binária do gênero e das relações de poder que produziam, este insight é central para o presente estudo. Nesse sentido, o poder profissional e o gênero articulam o ingresso das delegadas federais na profissão.

O gênero é problematizado por Scott (1990) a partir de várias instâncias de articulação do poder, tais como conceitos normativos, grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais e identidade subjetiva. A base de sua definição pauta-se na relação entre duas posições: a primeira delas é que o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e, segundo, que o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder. Sobre a primeira parte de sua argumentação, que diz respeito ao gênero enquanto elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas, ela apresenta quatro elementos: 1º) as representações simbólicas envolvendo os sexos; 2º) os conceitos normativos utilizados para interpretar o sentido dos símbolos e que limitam suas possibilidades metafóricas, eles estão presentes nas doutrinas educacionais, religiosas, científicas, políticas ou jurídicas e utilizam-

se da oposição binária para afirmar o sentido do masculino e do feminino; 3º) a necessidade de descobrir a natureza do debate ou da repressão que produzem uma eterna representação binária do gênero; 4º) a identidade subjetiva, em que aponta a necessidade dos pesquisadores e estudiosos examinarem, antes de tudo, as maneiras pelas quais as identidades de gênero são construídas.

A presente pesquisa defende a posição de que é necessário desmontar essa noção de fixidez do conceito de gênero, incluindo no debate não só o gênero como categoria de análise do sistema de parentesco, mas estendendo a discussão para o mercado de trabalho. Desse modo, um mercado de trabalho sexualmente segregado faz parte do processo de construção do gênero, para a educação e para o sistema político.

O sistema sexo/gênero e a subordinação da mulher foram desnaturalizados, Rubin viu nas relações de parentesco a via de se acentuar na cultura as diferenças biológicas entre os sexos. O gênero é assim concebido, como fruto da construção cultural e produto de relações sociais específicas, não se configurando em uma opressão estável, e podendo ser alterado. Essas diferenças nas relações de

poder entre homens e mulheres produziriam variações na dominação-subordinação, diferenciando, por exemplo, situações de controle efetivo de homens sobre mulheres, das situações decorrentes da divisão sexual do trabalho (cf. PISCITELLI, 2002, p. 21).

A conceituação de Rubin contrapõe-se a da dominação masculina proposta por Bourdieu (1999). Para ele, a subordinação feminina deve-se, em parte, a um processo de manutenção do arbitrário, sendo preciso desvendar os processos a-históricos de naturalização dessa posição subordinada frente ao homem. A perpetuação da dominação masculina é concebida como um modelo universal, apesar do autor ressaltar que a ação política de homens e mulheres pode modificá-la. A reprodução dessa dominação persiste mesmo com transformações, como a atuação do movimento feminista, o aumento do acesso das mulheres ao ensino escolar e superior, o crescimento das mulheres no mercado de trabalho, a desvalorização das tarefas domésticas e uma nova configuração familiar (crescimento no número de divórcios, de mães solteiras, entre outras).

Embora Bourdieu (1999) tenha sido muito criticado, principalmente por incorrer numa análise universalizante onde a determinação ou a objetivação sexual na sociedade Cabília é referenciada para um padrão ocidental, analisar sua obra tem vantagens, já que ele apresenta toda a complexidade, ambigüidade e fluidez de processos que trazem custos sociais e emocionais em todas as sociedades humanas. O autor foca sua análise no simbólico como este poder invisível, e define a dominação masculina como a eternização do arbitrário. Mesmo com as mudanças na sociedade ocidental, não ocorrem rupturas na esfera relativa às representações sociais, predominando desta maneira a dominação masculina.

Em seu levantamento etnográfico das estruturas objetivas e das formas cognitivas da sociedade cabília, classificou-a como exótica e íntima, e ao mesmo tempo estranha e familiar, já expondo indícios de que sua análise seria convertida num binarismo apoiado ao universal, comparada desta forma a organização desta comunidade primitiva a uma interpretação do ocidente. Apresenta a sexualidade como algo que não deve, assim como na sociedade cabília, ser tomada de forma isolada, sob o risco de se perder o senso de cosmologia sexualizada revestido que é de significação social. É como se as classificações

baseadas nas divisões das coisas e atividades (não só sexuais) só fizessem sentido porque operam numa oposição homóloga se sustentado mutuamente. Essas formas de pensamento, segundo ele, de aplicação universal demonstram como diferenças de natureza, inscritas na objetividade, operam de maneira naturalizadas. Tornando a divisão dos sexos como algo, aparentemente, “na ordem das coisas”, normal e natural. O sistema mítico-ritual desempenharia um papel equivalente ao do campo jurídico nas sociedades ocidentais, já que seus princípios estão ajustados às divisões pré-existentes, consagrando a ordem estabelecida, oficializando-a. Para o autor:

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos (...) (BOURDIEU,p.18, 1999).

É o mundo social quem constrói o corpo como uma realidade sexuada, aplicando esta percepção a todas as coisas do mundo, além do próprio corpo em sua apresentação biológica, acomodando-a aos princípios de uma divisão mítica do mundo, onde se sobrepõe à ordem masculina. De forma cíclica, convivem, nas relações sociais de dominação, as estruturas objetivas e subjetivas na forma de esquemas cognitivos. E, se a relação sexual aparece como relação social de dominação é porque ela está construída através do dualismo masculino ativo, e o feminino passivo, e porque este princípio organiza e expressa o desejo masculino como posse e o feminino como desejo da dominação, da subordinação. É através da incorporação da dominação, calcada no duplo aspecto natureza e social, pois inscrita também numa ordem biológica, que reside a força masculina, ela própria uma construção social naturalizada (e referendada pela objetivação da diferença inscrita “naturalmente” nos corpos).

Para Bourdieu, o trabalho de construção simbólica é profundo, enraizado não só nas práticas como nos corpos e mentes, não reduzida estritamente à performatividade que orienta e estrutura as representações. É um extraordinário processo de trabalho coletivo de

socialização ao mesmo tempo difusa e contínua. E, é deste processo que as identidades distintivas e arbitrárias vão se constituindo, encarnando habitus visivelmente diferenciados que seguem a visão de mundo segundo os princípios da divisão dominante. Os gêneros só têm existência relacional ao mesmo tempo em que são suscetíveis a contínuos processos de construção, impelidos por uma ordem física e social baseada numa (di)-visão androcêntrica do mundo.

As instituições como família, a igreja e a escola agem diretamente no processo de manutenção desta ordem, participando ativamente do processo de constituição das identidades, enquanto a ordem jurídica proporciona a institucionalização oficial desta divisão. Na presente pesquisa constatou-se que na Polícia Federal existe a fabricação e manutenção dessa ordem e isso pode ser percebido nos discursos dos profissionais.

Virginia Woolf no livro “Profissões para mulheres e outros artigos feministas” analisa que até o começo do século XIX a mulher de renome era quase que exclusivamente pertencente a aristocracia, era a grande dama que comandava , redigia cartas e tinha influência política, no entanto, entre a grande maioria das mulheres que eram representadas pela classe média poucas puderam obter posições de

destaque. A autora destaca que: “ (...) começamos a imaginar se não havia algo na própria condição delas tão marcante que a classe média, o grande reservatório de onde extraímos nossos homens ilustres, só trouxe à cena um número singularmente reduzido de mulheres capazes de ladeá-los (WOOLF, 2013, p 53-54). E na atualidade ainda vivenciaríamos isso? Como as mulheres percebem sua pouca representação em cargos de destaque? As questões levantadas nortearão as análises das profissionais entrevistadas.

O gênero no presente estudo é também concebido a partir das contribuições de Butler (2003), que se refere ao gênero não como substantivo, muito menos como um sentido por trás do ser, mas como efeito performaticamente produzido. Butler buscou retirar da noção de gênero a ideia de que ele seria resultado do sexo, visando problematizar em que medida essa distinção sexo/gênero é arbitrária.

A autora recorre ao termo *differánce* para conceituar o gênero como um efeito performático, para tanto utiliza as reflexões de Jacques Derrida com as quais se pode concluir que *differánce* não seria um conceito, pois não tem existência nem essência, portanto ela não é a origem de todas as diferenças, e por sua vez não é fixa.

Assim, *différance* deve ser tratada como um jogo que produz os efeitos da diferença:

Différance deriva do verbo *différer*, que significa retardar, adiar, protelar. *Différance* pode ser atrasar, adiar, pode ser “a ação de remeter para mais tarde” (Derrida, 1991:38). Nesse sentido, a *différance* pode ser entendida como algo que nunca acontece, como aquilo que sempre posterga, empurra para depois, desloca para o futuro, para um futuro que nunca chega. Nesse deslocamento se poderia afirmar que a *différance* supõe um constante processo de diferenciação. A *différance* está no jogo de remetimentos com o outro, jogo a partir do qual as referências são constituídas, num devir permanente em que a identidade fixa é substituída pelos efeitos de um processo contínuo de deslocamento (RODRIGUES, 2012, p.147).

Derrida propõe que a ideia de significado seja substituída por um movimento de significação e identidade deve ser pensada como um processo de identificação, isto é, um dever permanente: “Uma identidade nunca é dada, recebida ou alcançada, não, apenas existe o processo interminável, indefinidamente fantasmático, da identificação” (DERRIDA apud RODRIGUES, 2012, p.148).

Para Carla Rodrigues (2012), Butler utilizará esse processo de identificação e de diferenciação infinita reconhecendo a importância da alteridade e de uma abertura em relação as diferenças. Desse modo, a pesquisa com delegados da Polícia Federal utilizou o processo de identificação e de diferenciação infinita como mecanismos fundamentais para vivenciar a profissão.

Butler (2003) concebe identidade como sendo performativamente constituída, e o gênero como performance que se dá em qualquer corpo, distanciando-se da ideia de que cada corpo corresponderia somente a um gênero. O corpo nesse sentido deve ser repensado não mais como dado natural, mas sim como superfície politicamente regulada. Assim:

Ao pensar o gênero como performativo, Butler indica que não há essência ou identidade nos signos corporais, e propõe pensar sobre três dimensões contingentes da corporeidade: sexo anatômico, aquele dado pela biologia; identidade de gênero, aquela que Beauvoir tratou como uma construção social; e performance de gênero, sendo o elemento do performativo, aqui, aquilo que perturba as associações binárias sexo/gênero, sexo/performance, gênero/performance, e aponta para o caráter

imitativo de todo gênero (RODRIGUES, 2012, p.151).

Performance, nesse sentido, indicaria uma contingência ao gênero e em relação ao sexo para desnaturalização e para o caráter de fabricação de toda identidade sexual. Ao pensar em contingente do gênero como performance, Butler indica a necessidade de repetição que implica também em uma reencenação de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente, sendo a cada vez uma nova experiência de performance, para a autora seria uma “repetição estilizada de atos”.

Sinhoreto (2011) utiliza a possibilidade de ruptura presente no pensamento de Butler, ao analisar a atividade judicial dos juízes que vão para a periferia, a autora avalia que haveria um desempenho consciente de um estilo de ser juiz que pode gerar uma reelaboração da identidade dos juízes, possibilitando ruídos, distorções e reinterpretções da norma. No caso dos delegados e delgadas da Polícia Federal foi possível perceber nos discursos profissionais que os ruídos, as distorções e reinterpretções das normas são parte do

fazer profissional e integram a performance do gênero e do profissionalismo.

Ao analisarem dados sobre o mercado de trabalho brasileiro Bruschini e Lombardi (2000) identificam o crescimento bi-polar da participação feminina. Isso porque, essa inserção é marcada pela formação de guetos de gênero, com as mulheres ocupando as áreas do cuidar. As autoras apontam que o estereótipo sobre a falta de disponibilidade das mulheres para a dedicação à profissão é diferente ao se focalizar a Enfermagem, cuja jornada é grande e envolve plantões noturnos. Nesse estudo, o primeiro polo inclui as ocupações de “má qualidade” no que diz respeito aos níveis de rendimento, e de formalização das relações no trabalho, estabelecendo como recorte a ocupação das empregadas domésticas. O segundo polo seria formado por “boas ocupações”, caracterizadas por níveis mais elevados de formalização, de rendimentos e de proteção, as autoras selecionaram as seguintes profissões: Engenharia, a Arquitetura, a Medicina e o Direito. Os resultados da pesquisa mostraram que as mulheres que ingressaram nessas profissões possuem um perfil etário mais jovem do que seus colegas.

Com relação à situação de inserção ocupacional as autoras mostram que as mulheres apresentam algumas similitudes se comparadas aos homens, menos com relação aos rendimentos. Porém, apesar da inserção delas no mercado de trabalho, tais mulheres não deixam de vivenciar padrões diferenciados por gênero, sendo a discriminação salarial o mais evidente. Essas profissionais, ainda que não ganhem como os homens, possuem níveis salariais mais elevados que o da ocupação do outro polo estudado, que é o das trabalhadoras domésticas. As autoras constataam que é por meio do trabalho das empregadas domésticas que as profissionais poderão se dedicar às suas carreiras (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2000, p. 35).

Maria Rosa Lombardi (2008) constata uma limitação ascensional de gênero nas carreiras, ao analisar dados sobre a área da engenharia. Segundo a autora, esse processo é marcante entre as trabalhadoras, um dos entraves para subirem ao topo da hierarquia faz parte da própria condição feminina, já que a mulher é vista em nossa sociedade como portadora da total responsabilidade pelo cuidado da família e dos filhos. Em seu estudo sobre as engenheiras, ela conclui que dentre todas as barreiras vivenciadas pelas profissionais no decorrer de suas carreiras, a maior delas tem sido a de assumir os

postos de comando. Assim, dois fatores contribuiriam para isso. O primeiro tem relação com o papel desempenhado pelo grupo de engenheiros, denominado de o “clubinho”, que por ser mais antigo, estrutura-se tendo como base as relações de solidariedade e de confiança. Em contrapartida, as mulheres engenheiras não estariam organizadas em “clubinhos” femininos, o que impacta diretamente na ascensão das mesmas aos altos postos da profissão. O outro fator analisado pela autora é o de que as mulheres teriam algumas resistências para assumir os postos de comando, já que muitas não teriam disponibilidade de uma dedicação *full time* à profissão e à empresa devido à família e aos filhos, e também por optarem ficar preservadas de uma competição por tais cargos (LOMBARDI, 2008, p. 401).

Ao comparar modelos de feminização das profissões na França e na Grã-Bretanha, Le Feuvre (2008) aponta duas teses para se pensar carreiras “burocráticas” e carreiras “profissionais”. Uma delas pauta-se na ideia de que a feminização em estruturas burocráticas públicas ocorre em consonância com o fato dessas estruturas assegurarem direitos sociais, o que nas unidades de exercício liberal seria mais difícil. A segunda tese discorre que as tendências estruturais de uma

profissão e a forma de concentração das mesmas, podem estar relacionadas ao fato das mulheres optarem mais pelo exercício liberal em detrimento das carreiras burocráticas. Segundo a autora, a trajetória profissional em uma carreira burocrática é baseada na dedicação de tempo integral, e a atividade liberal possibilita uma maior flexibilização do tempo.

Bonelli *et al.* (2008) observa que a composição das carreiras jurídicas hoje é marcada pela crescente participação feminina, que vem seguida pela reprodução dos valores dominantes na sociedade, no que diz respeito às relações sociais de gênero. Nas carreiras públicas, é importante destacar o aumento da participação feminina, a partir da década de noventa, em áreas até pouco tempo predominantemente masculinas, como é o caso do Judiciário.

O profissionalismo que é reconhecido pela ideologia da neutralidade, passa a ser problematizado a partir das relações entre os gêneros, o intuito do presente trabalho, nesse sentido, é pensar como se operam as desigualdades nessa forma de organização do trabalho. Bonelli *et al.* (2008) em estudo sobre a profissionalização de advogadas e advogados nos escritórios de São Paulo, apontam que o profissionalismo concebido no final do século XIX e início do século

XX, incorpora as advogadas segregadas pela forma como lidam com o gênero. As profissionais que conseguem superar a barreira para ascender na profissão, tornando-se sócias das grandes bancas advocatícias, são também as bem-sucedidas na realização do trabalho ideológico e de administração das emoções, enquadrando-se nos valores masculinos da profissão. Nesse sentido, a “igualdade” de oportunidades é apenas percebida de forma concreta através da masculinização do ideário e da prática profissional. O discurso das profissionais que ascenderam tem como base a valorização da competência profissional, sendo uma prova do sucesso alcançado. Por outro lado, neutralizar a subjetividade do gênero e seu impacto no profissionalismo e no cotidiano, é a forma que elas encontraram de mostrar que são tão capazes quanto eles. O apagamento de gênero presente no caso das advogadas também é proferido nos discursos produzidos por delegados e delegadas da polícia federal.

Em pesquisa de mestrado sobre delegadas da Polícia Civil, Silveira (2009) constatou que a “reserva de mercado” assegurada pelo profissionalismo, quando chega para as mulheres torna-se gueto. Um exemplo disso seria que o trabalho realizado em uma Delegacia de Defesa da Mulher é visto pelas delegadas como um “atavancamento”

para a carreira, pois tal órgão não é reconhecido pelo grupo profissional, desse modo, se por um lado, a implantação dessa política pública canalizou um maior número de mulheres para trabalharem nesses órgãos, por outro gerou um processo de “aprisionamento” das trajetórias profissionais delas. Como consequência disso, as delegadas estariam constantemente realizando um trabalho emocional.

O fato das mulheres estarem ingressando cada vez mais nos concursos para a carreira de delegado da Polícia Civil reforçaria a ideia de que na profissão, elas precisam mostrar-se tão competentes quanto eles, e isso se dá através do apagamento de todas as diferenças marcadas pelos gêneros. As delegadas adotariam uma “postura” para traçarem sua trajetória profissional, entretanto tal modo de se portar no ambiente de trabalho é pautado em valores masculinos dominantes, que, no entanto, podem ser negociados a partir de performances. Por outro lado, as profissionais tentam demarcar o tempo todo que para ser delegada, não é preciso ser “masculina”, “truculenta”, características essas, que moldam a imagem que a instituição policial possui perante a sociedade. Assim, algumas delegadas realizam uma essencialização positiva com o intuito de serem reconhecidas profissionalmente. Segundo elas, a principal

contribuição das mulheres para a Polícia é trazer uma visão mais “humana” para a instituição.

O conceito de *glass ceiling*, “teto de vidro”, que seria uma barreira invisível que impediria as mulheres de ascenderem aos altos postos da profissão, é utilizado na presente pesquisa para pensarmos o discurso de delegados e delegadas que negam a existência de barreiras para a ascensão na carreira. Esse conceito é muito utilizado nos estudos sobre a feminização de carreiras jurídicas. No caso específico das delegadas da Polícia Federal a presente pesquisa de doutorado constatou que elas encontram-se menos representadas no topo da profissão que é a Classe Especial.

4.2 Profissões e diferença

O presente estudo parte da conceituação de Avtar Brah, concebendo que os atributos e marcadores que dão significados a diferença não são fixos. Assim, foi importante para o desenvolvimento da pesquisa observar como delegados e delegadas

da PF percebem as diferenças na carreira e de que modo lidam com elas. Em alguns momentos as diferenças podem ser percebidas e utilizadas pelos profissionais a partir de uma perspectiva binária de gênero, e em outras situações os discursos podem levar a certa dissipação de lugares fixos das diferenças. Através dos discursos dos profissionais e das profissionais foi possível avaliar disputas na carreira que mostram hibridismos que descentram o gênero de um núcleo do *self*.

Utilizou-se a tipologia desenvolvida por Brah: diferença como experiência, diferença como relação social, diferença como subjetividade e diferença como identidade. De acordo com a autora diferença: “se refere à variedade de maneiras como discursos específicos da diferença são constituídos, contestados, reproduzidos e ressignificados (2006, p.374)”. A diferença como experiência é aquela inscrita na biografia individual, e surge como lugar de formação do sujeito, envolvendo a noção de processo. A diferença como relação social se refere ao modo como ela é constituída por discursos sistemáticos de contingência, sejam eles econômicos, políticos, culturais e pelas práticas institucionais. A diferença como subjetividade é percebida como interioridade, na qual o sujeito em

processo é constituído em e através da experiência interior e exterior. A diferença como identidade é compreendida como o processo que envolve a multiplicidade, contradição, e instabilidade da subjetividade, que é significada como tendo coerência, continuidade, estabilidade; como tendo um núcleo em constante mudança. Brah ressalta que ao falarmos em processos de identidade estamos lidando com algo que está ocorrendo e passando por transformações, sendo o termo mais adequado para ser utilizado, o de identificação, porque envolve a ideia de transformação e reconstrução.

Hall (2005) analisa que a questão da identidade vem sendo amplamente discutida em nossa sociedade e na teoria social. Para o autor, as velhas identidades que durante muito tempo estabilizaram o mundo social estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o sujeito moderno, pensado até então como sendo unificado, fixo. Estaríamos passando por uma “crise de identidade”, que deve ser problematizada como resultado de um processo mais amplo de mudança, que decorre do deslocamento das estruturas centrais da sociedade moderna e que davam ancoragem ao indivíduo.

Hall no livro *A identidade cultural na pós-modernidade* desenvolve uma análise do processo de identidade cultural na

modernidade tardia e discutir se há realmente uma crise de identidade, em que consistiria essa crise e quais rumos ela está tomando.

O autor parte do princípio que identidade não é um conceito fixo, dado, estanque. As mudanças nas paisagens culturais de gênero, classe, raça, etnia, sexualidade, nacionalidade devem ser problematizadas para entendermos os processos de identificações de grupos sociais e indivíduos. Segundo Kobena Mercer *apud* Hall “ a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza (2005, p.9)”. Hall problematiza a discussão sobre a identidade fragmentada, bem diferente de um modelo único e universal, presente no arquétipo cartesiano, ou daquela identidade construída e moldada pelas interações sociais, do interacionismo simbólico. Dessa forma, o sujeito descentrado, é fruto da pós-modernidade, e se relaciona ao indivíduo fragmentado, que atribui a si identidades que podem mesmo ser divergentes, e que se tornam coesas através da narrativa do *self* que as integra a partir da construção de uma história. Esse processo desempenhado é chamado como o jogo de identidades, mostrando a ideia de movimento e performance.

Bonelli (2011) utiliza a tipologia proposta por Brah, aplicando-a aos atributos e marcadores que ganharam destaque nas narrativas dos magistrados do Tribunal de Justiça de São Paulo e do Tribunal Regional Federal – 3ª Região, para mapear as intersecções entre eles e seus significados no grupo profissional. Assim, as diferenças como experiência, relação social, subjetividade e identidade referem-se aos aspectos do perfil social que foram valorizados nas falas. Segundo a autora, a diferença que se destaca como identificação é a profissão. Ser magistrado estabelece um corte entre os de dentro e os de fora, atributo que é interseccionado por marcadores como o gênero, a geração, a sexualidade, a raça/etnia e a classe social.

Para Adelman (2009), as diferentes posições em relação à história recente do pensamento científico ocidental e suas instituições marcaram e marcam a produção do conhecimento em seu sentido epistemológico. Desse modo, aqueles que argumentam contra noções de pós-modernidade e defendem uma visão clássica de se pensar os projetos intelectuais, assim como os intelectuais conservadores que se posicionam contra qualquer crítica ao cânone, divergem da ideia articulada pela autora de que as relações entre a política do mundo da

ciência e a política na sociedade em seu sentido mais amplo, entre história e conhecimento, entre conflitos sociais gerais e aqueles que ocorrem em torno da produção do conhecimento legítimo, são significativas nos anos 60 devido a centralidade das lutas que envolviam a vida universitária e ao surgimento de pautas nos movimentos sociais e culturais sobre a reelaboração das antigas visões que a sociedade tinha desenvolvido sobre si mesma.

As mudanças sociais sofridas pelo mundo ocidental no pós-guerra resultaram nos anos 60 no surgimento dos movimentos sociais, nas transformações culturais e de paradigmas. O ocidente ficou marcado pelas conseqüências sociais, políticas e culturais da segunda grande guerra e pela consolidação da hegemonia econômica dos EUA, país este que sai fortalecido da guerra devido ao fato do conflito ter se propagado fora de suas fronteiras nacionais. Os anos 60 são caracterizados por Adelman como um período marcado por vozes de dissensão, isto é, pela cisão em termos de agir e problematizar.

Para ela:

Foi, portanto, esse mundo social do pós-guerra que produziu o momento-tanto conturbado, quanto esperançoso-que chegou a ser conhecido

como “os anos 60”. Passada a fase de desestabilização social provocada pela guerra e consolidadas algumas das novas formas de relação social que caracterizariam o mundo da paz e da guerra fria, as novas contradições da época também vieram à tona: perante a prosperidade, a persistência da desigualdade e da injustiça social; face a competição de dois grandes tipos de sistema social, a crescente frustração dos sujeitos que buscavam a realização individual e coletiva. (ADELMAN, 2009, p. 25).

Esse momento é problematizado pela autora como um período em que tais tendências culminaram em um processo de ruptura que exprimia e propiciava novas formas de subjetividade, tanto de pensar sobre a vida, quanto de fazer política. A experiência do sujeito tem total relação com o objeto e com a forma de se trabalhar teoricamente, o que fica evidenciado nesse processo histórico tão bem reconstituído pela autora. Nesse sentido, o termo-chave para entender essa relação é experiência, que por sua vez reconstrói e ressignifica a subjetividade. A virada cultural insere-se nesse contexto e nos mostra que a estrutura não é tão rígida e fixa como propagada pelas análises sistêmicas,

assim é preciso haver mudanças históricas para se transformar a estrutura. Outro ponto importante da análise de Adelman é mostrado através do processo de deslocamento da categoria trabalho para o desenvolvimento dos movimentos sociais, e que culmina em uma aproximação com as questões culturais. Como movimentos sociais de destaque e que refletem esse processo temos o movimento feminista que questiona a separação entre o que é esfera privada e pública, enfatizando que o pessoal também é político, o surgimento de movimentos sociais ligados ao meio-ambiente, o movimento negro. Chama-se atenção para grande relevância do movimento feminista que reconstruiu novas experiências através das ações sociais culminando em novas significações das mulheres e das relações de gênero. A emergência dos novos movimentos sociais possibilitou uma nova voz a certos grupos antes excluídos e subalternizados do rol da produção acadêmica, científica e intelectual. Os novos movimentos sociais permitiram que novas interpretações da história e das relações sociais no West and Rest fossem desconstruídas e resignificadas.

Miriam Adelman coloca que as críticas profundas aos anos 60 e as novas condições e conflitos sociais que as sustentavam fizeram

com que muitos aspectos fundamentais do modo ocidental moderno de fazer ciência e produzir conhecimento fossem questionados e desconstruídos. A partir destes questionamentos, surgiram as novas teorias críticas, como a teoria feminista, a teoria pós-colonial, a *critical race theory*, sendo todas relacionadas de uma forma ou de outra, a um novo movimento filosófico e epistemológico ligado aos termos pós-estruturalismo e pós-modernismo. Essa tendência envolveria uma crítica às grandes metanarrativas totalizantes da ciência ocidental moderna (ADELMAN, 2009, p. 70-71).

A questão da experiência dos sujeitos passa a ser colocada em voga, nesse sentido como esses “outros da história” problematizados na análise de Adelman se percebem? Seriam os sujeitos que adquirem experiências? Segundo Miskolci (2009), a tradicional valorização da experiência, e que por sua vez, contribui para a articulação dos Estudos Culturais é revisitada, ganhando uma análise mais refinada, tendo como base a problematização de que não são sujeitos que têm experiências, porém, são as experiências que constituem os sujeitos. Dessa forma, as experiências criariam sujeitos marcados por processos sociais que necessitam ser incessantemente reconstituídos, explicitados e analisados pelos cientistas e pesquisadores.

Scott (1998) coloca de forma enfática como é problemático escrever a história da diferença, ou seja, a história da designação do outro, da atribuição de características que diferenciam categorias de pessoas a partir de uma norma presumida e nem sempre explicitada. Para tanto, desconstrói a ideia da experiência como prova incontestável. Para ela tal abordagem gera um enfraquecimento do impulso crítico da história das diferenças. Isso porque tomam como auto-evidentes as identidades daqueles cuja experiência está sendo documentada e, dessa forma, tornam naturais suas diferenças. Portanto, quando a experiência é tomada como a origem do conhecimento, a visão do sujeito (a pessoa que teve a experiência ou o historiador que a reconta) torna-se suporte da evidência sobre a qual a experiência é elaborada. A visibilidade da experiência torna-se evidência para o fato da diferença. Os estudos que privilegiam a experiência localizam a resistência fora de sua construção discursiva, pois dão ênfase à representação como atributo inerente ao indivíduo.

Como a diferença é estabelecida? Como ela opera? Como e de que maneira constitui sujeitos que vêm e atuam no mundo? Esse quadro de representação criticado por Scott não dá conta de problematizar tais questões. A experiência concebida tanto por meio

de uma metáfora de visibilidade quanto por outro modo que tome o significado como transparente, reproduz, mais que contesta, sistemas ideológicos dados, divide aqueles que presumem que os fatos da história falam por si mesmos e aqueles que se fundamentam em ideias de uma oposição natural ou estabelecida, entre práticas sexuais e convenções sociais, ou entre homossexualidade e heterossexualidade.

O projeto de tornar a experiência visível impede o exame crítico do funcionamento do sistema ideológico em si, suas categorias de representação (homo/hetero, homem/mulher, branco/negro como identidades fixas e imutáveis), suas premissas de como essas categorias operam, suas ideias de sujeitos, origem e causa. Surge aí uma prerrogativa crítica, a autora analisa, como por exemplo, nas histórias a homossexualidade é apresentada como um desejo reprimido (experiência negada), feita para aparecer invisível, anormal e silenciada por uma sociedade que concebe a heterossexualidade como a única prática normal. As instituições por sua vez são inventadas para acomodar esse desejo homossexual. É a possibilidade de que tais instituições sejam vistas que ameaça a ordem. A resistência e atuação dirigidas por um desejo incontável, sendo a emancipação uma história teleológica na qual o desejo vence o

controle social e se torna visível. Entretanto para a autora, a história é uma cronologia que torna as experiências visíveis, mas na qual as categorias aparecem como a-históricas, e se tornam entidades fixas, vivenciadas através do tempo, mas sem serem historicizadas. Ao problematizar a questão da experiência Scott articula uma proposta para se pensar nessa questão como algo que não é auto-evidente e direto, mas que é sempre contestado, e portanto sempre político.

Miskolci ao analisar a invisibilidade da experiência enfatiza que “Daí a necessidade de reconstituir historicamente e, analisar sociologicamente, os processos sociais normalizadores que produzem esses outros sem os quais o hegemônico também não se constituiria nem manteria seu poder” (2009, p.21).

A questão da sexualidade foi estudada de forma crítica por Michel Foucault que rompe com a hipótese conservadora e naturalizada que figurava os estudos até meados da década de 70. O autor constata que a sexualidade não é proibida, mas sim que é produzida através dos discursos. Crítica esta que está presente na obra de Scott, pois para ela o grande erro dos estudos que privilegiam a experiência é localizar a resistência fora de sua construção discursiva, já que a representação é enfatizada como atributo inerente ao

indivíduo. Para Foucault, as estratégias históricas, culturais são operacionalizadas pelo discurso, que por sua vez simboliza as práticas que criam incessantemente os objetos aos quais se referem. O conceito de dispositivo desenvolvido pelo autor expressaria a forma como os discursos entrelaçam-se formando uma rede que contribui para operacionalizar a lógica do poder. No entanto, o dispositivo não é sempre negativo, pois para Foucault onde há dominação, há resistência. Assim, na análise do dispositivo da sexualidade o autor nos mostra como essa rede de discursos foi marcada pela patologização, porém é possível encontrar uma saída.

Homi Bhabha também problematiza sobre as marcas sociais da diferença presentes em nossa sociedade e desenvolve uma crítica ao colonialismo no sentido de mostrar a face negativa de se construir teorias a partir de intelectuais que falam pelo outro, sendo esses produtores do conhecimento, o homem europeu, branco e heterossexual. Segundo o autor, o poder propagado pelo homem branco, civilizado não se encontra mais localizado, já que tal poder é fluido, efêmero. Bhabha recorre ao conceito de dispositivo (aparato), presente na teoria de Foucault, como uma rede de discursos, isto é, de práticas que criam incessantemente os objetos aos quais se referem,

nesses termos a prática colonial seria uma operacionalização do discurso, e o discurso uma ferramenta de poder.

Bhabha baseia-se na psicanálise para mostrar que existe um filtro para a produção do saber que recorre à subjetividade. Portanto, a construção do saber se dá de forma relacional. Com isso busca desconstruir esse colonizador branco, como neutro e despretensioso:

E um aparato que se apoia no reconhecimento e repúdio de diferenças raciais/culturais/históricas. Sua função estratégica predominante é a criação de um espaço para "povos sujeitos" através da produção de conhecimentos em termos dos quais se exerce vigilância e se estimula uma forma complexa de prazer/desprazer. Ele busca legitimação para suas estratégias através da produção de conhecimentos do colonizador e do colonizado que são estereotipados, mas avaliados antiteticamente. O objetivo do discurso colonial é apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução (BHABHA, 1998, p.111).

O grande insight de Bhabha é mostrar como funciona essa lógica e que através dela é possível entender como esse aparato é reproduzido, podendo assim ser desconstruído. Para o autor, a articulação estratégica de "coordenadas do saber" racial e sexual, e sua participação no jogo do poder colonial como modos de diferenciação, defesa, fixidez, hierarquização, é uma maneira de especificar o discurso colonial que seria esclarecido por alusão ao conceito pós-estruturalista foucaultiano de dispositivo ou aparato. O autor mostra como Foucault insiste que a relação de saber e poder no interior do aparato é sempre uma resposta estratégica a uma necessidade urgente em um dado momento histórico. A força do discurso colonial e pós-colonial como intervenção teórica e cultural em nosso contexto contemporâneo mostraria a necessidade de contestar singularidades de diferença e de articular "sujeitos" diversos de diferenciação.

O conceito de complementaridade desenvolvido por Derrida é fundamental para compreender a discussão teórica realizada no presente trabalho, isto porque ele expressa que os significados são estruturados através de diferenças em uma relação de presença e ausência. Nesse sentido, o que aparenta encontrar-se fora de um

sistema faz parte do mesmo, e aquilo que é tido como naturalizado, é na verdade histórico. A heterossexualidade, na visão de Derrida, necessita da homossexualidade como um referencial para atribuir sua própria definição, sendo assim, um homem homofóbico só pode se dizer como tal em relação ao que não é, no caso, um homem gay (MISKOLCI, 2009, p.4).

A perspectiva adotada por Derrida baseia-se na análise metodológica da desconstrução, que busca explicitar o jogo entre presença e ausência, e o conceito de complementaridade simbolizaria o resultado da interpretação de porque as oposições binárias (heterossexualidade/homossexualidade) são propagadas e reforçadas sempre dentro de uma lógica binária.

A presente discussão buscou problematizar como a lógica do poder perpassa a sociedade historicamente, sendo a experiência dos sujeitos chave para pensarmos em qualquer análise de desconstrução de regimes de verdade e do funcionamento do poder.

O fato de na carreira de delegado de polícia ser utilizado um referencial masculino e heterossexual pode ser relacionado a análise do armário desenvolvida por Eve K. Sedgwick. A autora detecta uma incoerência que vem marcando a distinção entre a esfera pública e a

privada na sociedade contemporânea. Para ela, a grande parte da energia de atenção e demarcação que girou em torno de questões relativas à homossexualidade desde o final do século XIX, na Europa e nos EUA, foi impulsionada pela relação que era distintivamente indicativa entre homossexualidade e mapeamentos mais amplos do segredo e da revelação, do privado e do público, que eram e são criticamente problemáticos para as estruturas econômicas, sexuais e de gênero da cultura heterossexista como um todo. Cenário este que configurou figuras da homossexualidade. “O armário” e “a saída do armário”, ou “assumir-se”, termos que no presente, estão bastante comuns para o potente cruzamento e recruzamento de quase todas as linhas de representação politicamente carregadas, tornaram-se os mais ameaçadores dessas figuras (SEDGWICK, 2007, p.26). Segundo Sedgwick:

O armário gay não é uma característica apenas das vidas de pessoas gays. Mas, para muitas delas, ainda é a característica fundamental da vida social, e há poucas pessoas gays, por mais corajosas e sinceras que sejam de hábito, por mais afortunadas pelo apoio de suas comunidades imediatas em cujas vidas o

armário não seja uma presença formadora (2007, p.22).

Nesse sentido, o armário seria um regime perverso de conhecimento, já que a pessoa nunca está integrada, situando-se em um local de questionamento constante, sendo que a revelação do armário serviria para levar a pessoa ouvinte para o armário. Para autora, a sociedade contemporânea vem sendo marcada por um discurso universalizante dos atos e por um discurso minorizante das pessoas.

Os discursos das delegadas da PF operariam a partir de uma lógica do regime do armário, porém de forma distinta e inversa, já que elas recorrem a revelar e reforçar, muitas vezes, a posição que elas têm enquanto mulheres profissionais que são atenciosas, dedicadas, delicadas. Delegadas e delegados proferem discursos em que negam barreiras profissionais de acordo com o gênero, colocando no armário tais obstáculos, associando uma menor proporção de mulheres na carreira ao fato de não conseguirem passar na prova física. A relação entre ausência e presença também está posta pelas profissionais como alternativas para se firmarem e serem

reconhecidas na esfera profissional. Ora, as profissionais ressaltam a presença de atributos e características da ordem heteronormativa, reforçando a mesma, ora, jogam com a ausência dos mesmos.

A pesquisa em questão analisou a partir das experiências e dos discursos estabelecidos na carreira que as identidades são construídas pela diferença, pelo outro fora de si, sendo constantemente negociadas. Assim, profissionalismo e diferença possibilitam a construção de identidades, atitudes performáticas, em uma carreira que é marcada pela generificação.

4.3 Profissões e identidades

Dubar (2000) procura demonstrar como a questão da identidade foi modificando-se no decorrer do tempo, tanto como as pessoas viviam esses processos de identificação como também de que maneira as teorias buscam compreendê-los. Procura traçar um percurso para construir o problema da identidade não só do ponto de

vista do trabalho, como, por exemplo, quando pensamos em grupos como identidades profissionais, como é o caso da identidade dos advogados, dos médicos, dos engenheiros, mas também levando em consideração outros aspectos, como a vida pessoal e a religiosa. Num primeiro momento temos uma sociedade voltada para uma percepção biográfica atrelada ao coletivo. Esse processo pode ser alterado através das transformações no trabalho, e aqui também podem os acrescentar nas relações profissionais, e as maneiras pelas quais essas mudanças afetam as noções identitárias dos grupos envolvidos e percebidos. O autor passa de uma definição denominada mais “realista” para uma mais “compreensiva” possibilitando uma abordagem mais interpretativa.

O processo de formação da identidade profissional perpassa quatro formas identitárias no campo do trabalho onde combinam maneiras diferentes de categorizar uma trajetória (passada ou futura) e formas diferenciadas de valorizar tipos de relações (comunitárias ou societárias) ajustando relações sociais e temporalidade. A primeira delas é a identificação pelo outro, que privilegia a inscrição num sistema de emprego e de qualificação reconhecida, por exemplo, o diploma universitário obtido após a conclusão de um processo de

formação educacional. Ao passo que a identificação por si mesmo supõe a valorização da segurança de um estatuto, mas um projeto subjetivo incerto. A transação racional e biográfica possui como referência comum um quadro burocrático regido por regras partilhadas por todos. Essa forma de identificação baseada numa forte dependência institucional é chamada “estatutária”. A segunda maneira, ainda na identificação pelo outro, mas que valoriza o “reconhecimento de si”, o projeto biográfico não se baseia em uma instituição. Busca a multiplicidade de uma rede de contatos por afinidade. Esta identidade de rede pode ser denominada identidade de projeto. O autor chama de “narrativa” essa forma de identificação na sociedade que privilegia o “para si” sobre o “para outrem”.

Na terceira forma identitária classificada por Dubar a identificação ocorre por outrem, baseia-se na autoridade e no reconhecimento dos mais experientes e combina com a aspiração de integrar um grupo de referência. Para ser aceito no grupo terá que passar por determinadas provas e concordar com as regras previamente estipuladas e até mesmo participar de um processo de aprendizagem. Privilegia-se o racional sobre o biográfico, requer uma interiorização de valores coletivos. Essa forma de identificação

presente em todos os campos do social é denominada de “reflexiva”. E, por fim, a última forma identitária valoriza o pertencimento a uma comunidade protetora oficialmente identificada e que possa garantir uma estabilidade no decorrer da vida do indivíduo, e isso é fundamental a uma definição de si. Pode ser chamada de “cultural”. Dubar apresenta essas noções identitárias e revela uma concepção múltipla de identidade conforme a situação na qual o indivíduo encontra-se.

Na trajetória profissional de delegados e delegadas da Polícia Federal existe um processo de construção identitária a partir de valores e normas pregados pela instituição.

Castells (1999) define a construção social da identidade a partir de contextos marcados pelas relações de poder. As identidades são resultados de processos de construção social, em muitos casos com características próprias ou tomadas de empréstimo de outras formas identitárias. A multiplicidade e sua conformação em uma sociedade em rede permeiam todo o espaço social.

Castells analisa três processos de construção de identidades:

- 1) identidade legitimadora: da qual se utilizam as instituições dominantes da sociedade com o objetivo de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais;
- 2) identidade de resistência: uma forma encontrada por atores sociais que estão em situação de desvantagem, ou seja, desvalorizados ou mesmo estigmatizados pela lógica da dominação. São formas de resistência e sobrevivência baseadas em princípios distintos daqueles que constituem as instituições da sociedade;
- 3) identidade de projeto: apresenta-se como uma forma encontrada pelos atores sociais de redefinir sua posição social buscando a transformação de toda a estrutura social. Apresenta como exemplo o feminismo que deixa de lado a resistência da identidade e dos direitos da mulher para se opor ao patriarcalismo, à família patriarcal e toda a estrutura de produção, reprodução, sexualidade e personalidade sobre a qual as sociedades historicamente se estabeleceram.

Segundo o autor, identidades que se originam como resistência podem acabar resultando em projetos, e até mesmo tornarem-se dominantes nas instituições da sociedade, daí nesse caso tornam-se identidades legitimadoras para racionalizar sua dominação. O que de importante ele nos apresenta é a teia de possibilidades existentes na

conformação das identidades. Elas não podem constituir uma essência no sentido de encerrar em si mesma um único e determinado significado. O autor concebe as identidades como mutáveis, e ao mesmo tempo responsáveis pela transformação social. As identidades são originárias de longos processos de construção social, em muitos casos com características próprias ou tomadas de empréstimo de outras formas identitárias. A multiplicidade e sua conformação em uma sociedade em rede permeiam todo o espaço social.

A luta por uma construção identitária ocorre na carreira e a diferença se constrói no embate com as identidades.

5. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do presente estudo realizou-se uma pesquisa de campo na Polícia Federal, localizada na cidade de São Paulo, no bairro da Barra Funda.

A entrada em campo foi possibilitada e intermediada pelo setor de Comunicação Social da Polícia Federal de São Paulo, foi necessário a solicitação formal de autorização para realização da pesquisa, envolvendo trabalho de campo e entrevistas. Obteve-se a autorização em maio de 2012 e a partir disso a Comunicação Social disponibilizou o contato de alguns delegados e delegadas para participação na pesquisa.

Utilizei a metodologia qualitativa para o desenvolvimento da pesquisa, para consolidar minha construção metodológica recorri a dados estatísticos os quais ilustrassem a proporção de homens e mulheres no interior do grupo profissional, buscando traçar um perfil da carreira.

Seguem os métodos qualitativos utilizados na pesquisa:

1. A pesquisa e observação de campo, em que a autora registrou todas as informações por meio de um caderno de campo;
2. Análises de documentos da Polícia Federal;
3. Pesquisas em sites da Polícia Federal e de suas associações. Foram analisados os sites da ADPF (Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal) SINDPF-SP (Sindicato dos Delegados de Polícia Federal do Estado de São Paulo) e SINDEPOL- BRASIL (Sindicato dos Delegados de Polícia Federal);
4. Entrevistas em profundidade. As entrevistas foram estruturadas com base nos seguintes tópicos que compõem o roteiro: treinamento, trajetória profissional, disputas por promoções, distribuição por gênero, como mulheres e homens trabalham, como a instituição e profissionais lidam com gênero e diversidade, redes de sociabilidade, envolvimento em conflitos, como são desenvolvidas atividades dentro da esfera do trabalho, organização do ambiente de trabalho, desafios, realizações e frustrações na profissão.

A entrevista é uma técnica de pesquisa imprescindível para a realização deste estudo, pois através dela pretende-se obter informações presentes na fala dos atores sociais. Segundo Neto, a entrevista:

(...) não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objetos da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser de natureza individual e/ou coletiva (1994, p. 57).

Para o autor, por meio dessa técnica de pesquisa é possível obter dados objetivos e subjetivos, os dados objetivos podem ser alcançados através de outras fontes secundárias, como censos, dados estatísticos e documentos. Já os dados subjetivos estão ligados aos valores, às percepções, às opiniões e às atitudes dos sujeitos entrevistados. As entrevistas podem ser estruturadas ou não-estruturadas, de acordo com o enfoque escolhido elas poderão ser

mais ou menos dirigidas. Na pesquisa em questão visa-se estruturar as entrevistas a partir dos tópicos já mencionados.

A elaboração de um roteiro de entrevista não exclui a possibilidade de que os entrevistados sigam outra linha de raciocínio, pois a pesquisadora parte da ideia de que o roteiro serve para organizar o desenvolvimento da conversa. No entanto, ele não fecha e direciona a entrevista, pode seguir vários caminhos, já que muitas vezes, uma narração do entrevistado(a) que parece não ter relevância sempre pode ter muito a contribuir.

No presente estudo utilizou-se a noção de invisibilidade da experiência problematiza por Scott (1998), como estratégia metodológica para analisar os discursos produzidos pelos profissionais. A contribuição de Scott possibilitou ao estudo analisar as trajetórias de delegadas e delegados, à luz da concepção da invisibilidade da experiência proposta pela autora. Assim, rever e não aceitar os relatos como verdades prontas e estabelecidas foi fundamental para a construção e desenvolvimento do presente estudo. Em sua análise sobre a experiência ela coloca de forma enfática como é problemático escrever a história da diferença, ou seja, a história da designação do outro, da atribuição de características que diferenciam

categorias de pessoas a partir de uma norma presumida e nem sempre explicitada. Para tanto, desconstrói a ideia da experiência como prova incontestável. Para ela, tal abordagem gera um enfraquecimento do impulso crítico da história das diferenças. Isso porque tomam como autoevidentes as identidades daqueles cuja experiência está sendo documentada e, dessa forma, tornam naturais suas diferenças. Portanto, quando a experiência é tomada como a origem do conhecimento, a visão do sujeito (a pessoa que teve a experiência ou o historiador que a reconta) torna-se suporte da evidência sobre a qual a experiência é elaborada. A visibilidade da experiência torna-se evidência para o fato da diferença. Os estudos que privilegiam a experiência localizam a resistência fora de sua construção discursiva, pois dão ênfase à representação como atributo inerente ao indivíduo.

O projeto de tornar a experiência visível impede o exame crítico do funcionamento do sistema ideológico em si, suas categorias de representação, suas premissas de como essas categorias operam, suas ideias de sujeitos, origem e causa. Para a autora, a história é uma cronologia que torna as experiências visíveis, mas na qual as categorias aparecem como a - históricas, e se tornam entidades fixas, vivenciadas através do tempo, mas sem serem historicizadas. Ao

problematizar a questão da experiência Scott articula uma proposta para se pensar nessa questão como algo que não é autoevidente e direto, mas que é sempre contestado, e, portanto, sempre político. Essa proposta foi utilizada para delinear e desenvolver a pesquisa em questão.

No presente estudo foi utilizada a noção de invisibilidade da experiência problematizada por Scott, como estratégia metodológica para analisar os discursos produzidos pelos profissionais. Dessa forma, os resultados foram analisados com base no arcabouço teórico da sociologia das profissões em articulação com a vertente da sociologia das diferenças, em especial gênero e masculinidades.

6. A POLÍCIA FEDERAL

6.1 Contextualização histórica e de formação

A Polícia Federal (PF) tem uma constituição histórica recente se comparada às demais instituições públicas brasileiras. Sua origem encontra-se no Departamento Federal de Segurança Pública (DFPS), criado pelo presidente Getulio Vargas em 1944, já no final do período do Estado Novo. O termo “federal” no nome não significava que este Departamento exercia uma jurisdição nacional, mas dizia respeito apenas a funções que eram desempenhadas no âmbito do Distrito Federal. A partir da redemocratização do país em 1945, o então DFSP chegou a ganhar atribuições de âmbito nacional - especialmente o combate ao tráfico de drogas e a crimes contra a fé pública, envolvendo a Fazenda Nacional - mas a Constituição promulgada em 1946 adotou um federalismo com forte orientação estadualista, o que conflitava com a existência de um organismo policial de tipo nacional. Por esta razão, a carta de 1946 não incorporou o DFSP como órgão de polícia federal e as atividades policiais civis e

militares permaneceram submetidas ao comando dos governadores de estado. E com a mudança da capital federal para Brasília em 1960, o DFSP quase desapareceu, uma vez que boa parte de seus funcionários pôde optar por permanecer na cidade do Rio de Janeiro (ARANTES, 2010).

Segundo Arantes (2010), ao longo da história política brasileira, a organização das forças armadas e policiais sempre constituiu ponto crítico no equilíbrio federativo entre União e Estados. A definição da distribuição dessas forças e de suas competências colocou em oposição o governo central e os governos subnacionais, e as soluções desse impasse variaram de acordo com o caráter oligárquico, autoritário ou democrático dos regimes pelos quais passou o país. No sistema federativo brasileiro, a ideia de uma força policial civil, com jurisdição nacional e atribuição para agir em todos os estados sempre foi vista com ressalvas pela elite política.

Após o golpe de 1964, os militares decidiram nacionalizar a jurisdição da PF, por meio da Lei 4483. Mesmo o órgão não tendo recebido contribuições de recursos humanos e de estrutura operacional, o dia de edição dessa lei (16/11/1964) foi adotado pela própria corporação como sua data de nascimento. Segundo Arantes, a

atribuição de jurisdição nacional a um Departamento que exercia suas funções apenas na capital federal possibilita compreendermos o motivo da escolha dessa data comemorativa pelos seus próprios membros. Em 1967, o DFSP recebe finalmente a denominação de Departamento de Polícia Federal, como a PF é designada até hoje.

Rocha *apud* Arantes (2010), analisa que o investimento militar em polícia política, segurança pública e segurança nacional foi voltado para a unificação e fortalecimento das polícias militares estaduais, sob o comando do próprio Exército, fazendo com que a PF permanecesse num plano secundário. Assim, para o autor durante o regime militar a “*PF operava pouco e não era protagonista*”, possuía apenas uma presença mais destacada nas operações de censura junto a jornais e ao meio artístico em geral. O regime militar teve maior apoio dos Destacamentos de Operações de Informações – DOIs- braços operacionais do Serviço Nacional de Informação (SNI) e, nos estados, com os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) ligados às polícias civis estaduais. De acordo com o autor, o regime autoritário deixaria à Polícia Federal em uma situação ambígua no momento em que o país inicia o processo de redemocratização: uma imagem menos negativa do que os demais organismos de segurança

do Estado, porém possuindo uma estrutura organizacional e operacional mais precária.

Arantes (2011) avalia que a Constituição de 1988 foi redigida ainda sob forte influência dos militares, fazendo a exigência de um título inteiro na nova Carta. Tal título foi ironicamente denominado de “Defesa do Estado e das Instituições Democráticas”, o título V da nova Constituição foi destinado para os dispositivos referentes às Forças Armadas, à Segurança Pública e às definições de estado de Defesa e estado de Sítio. O autor destaca que foi nesse título que a Polícia Federal recebeu pela primeira vez uma definição constitucional, por meio do art. 144, bem como suas principais atribuições. Organizada como uma instituição subordinada ao Poder Executivo Federal, por meio do seu Ministério da Justiça, e colocada ao lado das polícias civis e militares estaduais, e das polícias rodoviária e ferroviária federais, a Polícia Federal baseia-se em dois elementos fundamentais à sua institucionalização: o caráter de órgão permanente e a estruturação em carreira.

A Polícia Federal (PF) é um órgão subordinado ao Ministério da Justiça, e tem como função, estabelecida de acordo com a Constituição de 1988, exercer a segurança pública para a preservação

da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. A Polícia Federal, de acordo com o artigo 144, parágrafo 1º da Constituição Brasileira, é instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira. Opera, dessa forma, na clássica função institucional de polícia.

Delegados e delegadas, tanto da Polícia Civil, quanto da Polícia Federal ingressam na profissão por meio de concursos públicos. Para esses cargos não há direcionamento de vagas específicas para homens e para mulheres, como ocorre entre os oficiais da Polícia Militar. Na Polícia Civil e na Polícia Federal, é requisito mínimo ser bacharel em direito, embora não seja necessário ter experiência profissional, nem ter passado no exame da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). O concurso é dividido em duas etapas. A primeira consiste em prova escrita, teste de aptidão física e investigação social. Aprovado nessa fase, o futuro delegado precisa, então, fazer o curso na Academia de Polícia Civil (APC) ou na Academia Nacional de Polícia (ANP), no caso da Federal. Ambos são classificatórios e eliminatórios e os programas são praticamente os mesmos: aulas de armamento e tiro, defesa pessoal, direitos humanos, psicologia, técnicas de investigação, direito penal, direito processual

penal. A diferença é que, na APC, o programa tem duração de seis meses e os candidatos não recebem nenhuma ajuda de custo e, na ANP, o curso dura quatro meses e o aluno recebe cerca de 50% do valor do salário dos delegados da ativa.

As principais atribuições de um delegado de polícia são:

- Presidir inquéritos policiais, termos circunstanciados e autos de prisão em flagrante;
- Apreender objetos que tiverem relação com o fato delituoso e requisitar perícias em geral para a formalização da prova criminal;
- Cumprir e fazer cumprir mandados de prisão;
- Dirigir e orientar a investigação criminal e todos os atos de polícia judiciária de uma Delegacia de Polícia ou qualquer outro órgão policial;
- Proceder a verificação e exame dos atos ilícitos chegados a seu conhecimento, tomando as providências jurídicas que o caso requer;
- Elaborar relatórios, bem como, representar pela decretação judicial de prisões provisórias;

- Proceder a sindicâncias administrativas, processos administrativos disciplinares;
- Expedir e fiscalizar a emissão de documentos públicos de sua competência;
- Gerenciar o órgão policial em que estiver lotado;
- Realizar atividades afins ou correlatas.

As atribuições da Polícia Federal estão definidas no art. 144 da Constituição Federal, a saber:

§ 1º A Polícia Federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação

fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

É possível sistematizar e classificar as diversas atribuições do Departamento de Polícia Federal em duas categorias distintas: Polícia Judiciária e Polícia Administrativa. Enquanto a Polícia Judiciária tem a função precípua de apurar infrações penais e a sua autoria por meio do inquérito policial, procedimento administrativo com característica inquisitiva, que serve de base à pretensão punitiva do Estado formulada pelo Ministério Público, titular da ação penal pública (art. 129, I, da CF), a Polícia Administrativa pode agir tanto preventivamente como repressivamente, atingindo bens, direitos e atividades, com objetivo de impedir que o comportamento do indivíduo ou das empresas e instituições, causem prejuízos para a coletividade (Relatório de Gestão Pública, Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal, 2009).

Dessa forma, a Polícia Administrativa objetiva não a apuração de infrações penais, mas a limitação ou regulação de direitos, interesses ou liberdades, essencialmente legítimos, mas que em decorrência do poder discricionário e tendo por fundamento o princípio da legalidade, a Administração Pública se vê compelida a disciplinar, regulamentar e fiscalizar. O que efetivamente diferencia Polícia Administrativa de Polícia Judiciária é que a primeira se predispõe a impedir ou paralisar atividades anti-sociais enquanto a segunda se pré-ordena a responsabilização dos violadores da ordem jurídica.

As atividades de Polícia Administrativa são:

- a) Controle Migratório: atividade que limita, disciplina e regulamenta o direito de ir e vir de cidadãos brasileiros e estrangeiros. Para cumprir essa atribuição, a Polícia Federal executa medidas de fiscalização e controle, cumprindo regras estabelecidas para a entrada, a saída e a permanência no território brasileiro. Fundamento Legal: Lei nº6.815/1980 (Estatuto do Estrangeiro).
- b) Controle de Armas: a Polícia Federal desempenha importante atribuição administrativa, como responsável pelo gerenciamento do

Sistema Nacional de Armas – SINARM, executando atividades relacionadas ao registro, posse e comercialização de armas de fogo e munições. Essa atribuição limita e controla importante setor da atividade econômica e ainda o direito de propriedade dos cidadãos brasileiros. Fundamento Legal: Lei nº 10.826/2003 (SINARM).

c) Controle de Segurança Privada: atribuição da Polícia Federal que define regras para o funcionamento dos serviços de segurança privada em estabelecimentos financeiros, bem como normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e transporte de valores dentre outros. Fundamento Legal: Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995.

d) Controle de Precursores Químicos: atribuição exercida pela Polícia Federal tendo por escopo principal controlar o uso de precursores químicos que possam ser utilizados para o preparo de substâncias entorpecentes, sendo importante atividade para o combate ao tráfico de drogas. Também aqui, se busca disciplinar e regulamentar atividade econômica relevante, estabelecendo normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos. Fundamento Legal: Lei nº 10.357/2001.

e) Controle de Dignitários: a execução em colaboração com as autoridades dos Estados, de medidas tendentes a assegurar a incolumidade física de diplomatas e visitantes oficiais estrangeiros, bem como dos demais representantes dos Poderes da República, quando em missão oficial. Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

f) Controle de Identificação Criminal e Civil: a coordenação e a interligação, no país dos serviços de identificação datiloscópica, civil e criminal. Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

g) Controle do Patrimônio da União: cabe ao Departamento de Polícia Federal, inclusive mediante a ação policial necessária, coibir a turbacão e o esbulho possessórios dos bens e dos próprios da União e das entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta. Fundamento Legal: Lei nº 10.683/2003 (organização da Presidência).

h) Estatística Criminal: a estatística judiciária criminal, a cargo do Instituto Nacional de Identificação tem por base os boletins individuais, que são parte integrante dos processos criminais. Fundamento Legal: Código de Processo Penal.

i) Outros Serviços de Policiamento atribuídos à União: atribuição inerente ao Poder de Polícia da Administração Pública Federal. Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964, art. 1º, letra “n”.

Rogério Arantes (2011) em recente estudo sobre a Polícia Federal constatou com base em 600 operações da PF, que a instituição tem como objetos de investigação todos os poderes do Estado, Tribunal de Contas da União, Ministério Público, organizações privadas e a própria PF, mostrando o empenho de combate à corrupção pública tendo esta ação como a mais frequente com 22,7% dos casos analisados da PF.

Arantes avalia que a corrupção está muito enraizada na sociedade brasileira e que as operações da PF têm sido uma grande novidade. Isso se deve não só pela fiscalização e força midiática da PF ao prender os grandes corruptos, mas sim devido ao crescimento da accountability¹ no país e à uma criação judicial brasileira na Carta de 1988, a improbidade administrativa. Nesta regra judicial, se prevê

¹ O termo accountability refere-se a ideia de responsabilização, refere-se ao controle e à fiscalização das instituições e agentes públicos. Accountability está ligada não apenas a responsabilização do governante ou burocrata, mas também a capacidade de o agente fiscalizador demandar justificção do governante ou burocrata por seus atos ou omissões. Entende-se que accountability significa manter indivíduos e organizações passíveis de serem responsabilizadas pelo seu desempenho, sendo portanto, um conjunto de abordagens, mecanismos e práticas usados pelos atores interessados em garantir um nível e um tipo desejados de desempenho dos serviços públicos.

penalidades para conduta incorreta, desonesta, ilegal e abusiva do agente público, tornando esta uma medida no combate à corrupção no poder público. Todo esse contexto, segundo o autor, ajuda a instituição a ir se construindo e se fortalecendo.

Podemos concluir que a PF passou por um processo de consolidação de sua importância enquanto instituição, já que esta não usufruía de qualquer incentivo durante a Ditadura Militar, e posteriormente, quase foi encerrada com um decreto do Presidente Fernando Collor. A PF só passou a ser renovada e receber maiores investimentos no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, e em seguida, no mandato do presidente Lula.

6.2 Perfil social da Polícia Federal e da carreira

De acordo com os dados apresentados na Tabela 1 podemos verificar que 20,2 % dos servidores da Polícia Federal são mulheres, enquanto que uma maioria, cerca de 79,8% é representada por homens. A partir desses percentuais, podemos inferir que o Departamento da Polícia Federal tem uma presença majoritária de homens, podendo ser caracterizado como um “bastião masculino”(Feuvre , 2008). Atributos masculinos como virilidade, força, coragem e autoridade são ressaltados para atuar na carreira. É nesse contexto que a presente pesquisa visa analisar: como as mulheres ingressam nessa profissão marcadamente masculina, como foram desenvolvidas as relações entre os gêneros, a forma como as diferenças são vivenciadas e o impacto disso para o profissionalismo.

Tabela 1: Quantitativo de servidores por situação funcional e sexo na Polícia Federal, 2009.

Servidores	N/a	Feminino	%	Masculino	%
Servidores ativos	14.242	2708	18,27%	11.534	77,83%
Servidores cedidos	192	39	0,26%	153	1,03%
Requisitados	1	1	0,01%	-	0,00%
Nomeado em cargo em	2	1	0,01%	1	0,01%

comissão					
Exercício	4	3	0,02%	1	0,01%
desconhecido					
de carreira					
Estagiários	379	242	1,63%	137	0,92%
Total	14.820	2994	20,20%	11.826	79,80%

Fonte: Ministério da Justiça, Departamento da Polícia Federal, 2009.

Os dados da tabela 2 nos mostram que o perfil etário dos servidores da Polícia Federal para mulheres e homens é mais expressivo na faixa de 31 a 40 anos com 7,5% e 32,7% respectivamente, entre 41 a 50 anos os percentuais para elas e eles também é significativo com aproximadamente 5,0% e 25,6%. Na faixa etária até 30 anos as mulheres representam 4,5% e os homens 9,23%.

Tabela 2: Quantitativo de servidores da Polícia Federal por idade e sexo, 2009.

Faixa etária	N/A	Feminino	%	Masculino	%
ATÉ 30 ANOS	2.036	668	4,51%	1.368	9,23%
DE 31 A 40 ANOS	5.951	1.109	7,48%	4.842	32,67%
DE 41 A 50 ANOS	4.525	737	4,97%	3.788	25,56%
DE 51 A 60 ANOS	2.101	424	2,86%	1.677	11,32%
ACIMA DE 60	207	56	0,38%	151	1,02%
TOTAL	14.820	2.994	20,20%	11.826	79,80%

Fonte: Ministério da Justiça, Departamento da Polícia Federal, 2009.

A pesquisa realizada pelo instituto CNT-Sensus, encomendada pela Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), traçou o perfil da carreira de delegado da Polícia Federal. O levantamento foi realizado no período de 13 de março a 19 de abril de 2012, em 27 estados, com 695 delegados. Os dados revelam que profissão ainda é predominantemente masculina, com 85,6% dos postos sendo ocupados por homens. A maioria (69,2%) é casada e

possui, em média, 1,5 dependentes. Estão em atividade 62% dos delegados entrevistados que, em média, ingressaram na Polícia Federal no ano de 1991.

Apenas 5% da categoria encontram-se na 3ª Classe, que é a classe de ingresso na categoria, e 45% já estão na Classe Especial, que é o topo da carreira. Mais da metade, 54,4% dos delegados possuem entre 30 a 49 anos e 45,6% estão com mais de 50 anos de idade.

Com relação a qualificação acadêmica a pesquisa CNT-Sensus revela que 19 delegados federais a cada grupo de mil possuem título de doutorado. Além disso, 4,3% dos delegados possuem mestrado e 46,6% curso de pós-graduação.

Quase metade dos delegados de Polícia Federal (46,5%) acredita que para a instituição ter independência como Polícia Judiciária em relação ao Governo é preciso assegurar prerrogativas funcionais aos delegados, de forma a garantir a autonomia das investigações.

Nessa mesma linha, 83,9% dos entrevistados colocaram-se favoráveis ao mandato de três anos para a Direção-Geral da instituição. Outro aspecto abordado pela pesquisa é a questão da

categoria voltar a ter tratamento de carreira jurídica no texto constitucional. A medida teve o voto favorável de 94,7% dos delegados entrevistados. Até 1998, os delegados estavam elencados no quadro das carreiras jurídicas. A situação mudou com a Emenda Constitucional 19/98. Desde então, os delegados lutam para restaurar a condição original. Vários estados da Federação já aprovaram a modificação em suas constituições locais.

A maior parte dos entrevistados (90,6%) se declarou comprometida com o trabalho e 42,2% dos delegados afirmam ter ingressado na corporação por vocação, muito mais do que por qualquer outro motivo.

Apesar de 81,9% avaliarem positivamente a instituição, 77% afirmarem que estão satisfeitos com a Polícia Federal e 56,1% avaliarem o clima organizacional como motivador, a pesquisa revelou alguns gargalos da Administração. Quase metade dos entrevistados (49,5%) demonstrou descontentamento com o nível de reconhecimento do trabalho desenvolvido. Mais da metade dos entrevistados (56,1%) não estão satisfeitos com os critérios de distribuição e 58,8% consideraram que as ações atuais para aperfeiçoamento do procedimento são insuficientes.

A pesquisa demonstrou que as capitais do país abrigam 71,9% do quadro. Além da escassez de pessoal, o dado mostra a dificuldade da instituição de manter o efetivo em locais de difícil provimento. De acordo com a ADPF, o problema tem relação direta com a atual política de remoção, a qual foi reprovada por 60,1% dos entrevistados. Além disso, também foram objeto de críticas, as políticas de correições (54,7%) e os critérios de escolha das adidâncias policiais (55,3%).

Os dados da tabela 3 apresentam a distribuição de mulheres no quadro funcional da Polícia Federal. As delegadas de polícia representam 7,5% das mulheres dentro do quadro funcional da PF.

Castro (2008) em sua pesquisa sobre delegadas da Polícia Federal do Distrito Federal destaca que apesar da presença feminina no quadro da instituição, o masculino ainda é a norma de referência, sendo o *ethos* policial regido por uma normatividade masculina e heterossexual. A autora aponta que a presença feminina na Polícia Federal de fato constituiu um avanço na tomada do espaço público, porém, ainda há muito o que ser feito rumo a uma divisão do trabalho equalizada, não ponderada por parâmetros sexuais. A atividade

policial associa conhecimento técnico e saber científico-jurídico com a “virilidade” para lidar com a violência e manusear armas. Sendo assim, são ressaltados atributos masculinos como força, coragem e autoridade para lidar com o mundo do crime. Esse seria o estereótipo do “ser policial”.

Estereotipar incide numa imputação prévia de características, uma forma de categorização. O estereótipo atribuído a um grupo ou classe de indivíduos pode contribuir na formação de estigmas. Em Goffman, a existência de estigmas só é possível com a determinação de um marco definido como “normal”, aquele que não se afasta negativamente das expectativas. Dessa forma, o *ethos* policial adotaria como elemento normal e referencial o homem heterossexual, que expressaria o padrão de expectativas profissionais a serem seguidas.

Tabela 3: Mulheres no quadro funcional da Polícia Federal,2006.

Função	EFETIVO	%
Delegadas	194	7,5 %
Agentes	523	20,1%

Peritas	83	3,2 %
Escrivães	427	16,4 %
Plano Especial de Cargos	1.371	54,8%
Total	2.598	100,0%

Fonte: Sindicato dos Delegados de Polícia Federal (SINDEPOL, 2006).

Na tabela 4 temos os dados de 2012 da composição por gênero da carreira para o Estado de São Paulo. A carreira apresenta-se predominantemente masculina com 84,33 % dos delegados do sexo masculino, enquanto que para as mulheres na profissão esse percentual é de 15,67%.

Tabela 4. Distribuição de Delegados da Polícia Federal lotados no estado de São Paulo por sexo, 2012.

Delegados da PF	Número Absoluto	%
Homens	226	84,33%
Mulheres	42	15,67%
Total	268	100,0%

Fonte: Setor de Comunicação da Polícia Federal de São Paulo, 2012.

A tabela 5 nos mostra a distribuição na carreira por classe funcional e sexo. Os homens concentram-se mais na Primeira Classe representando 56,64% dos delegados da PF e na Classe Especial com 33,19%. As mulheres concentram-se na Primeira Classe apresentando um percentual de 71,43 % e apresentam um percentual expressivo na Classe Especial com 21,43%. Os policiais da 3ª Classe tem até 3 anos de Departamento da Polícia Federal, isto significa que a evolução da Terceira para Segunda Classe se dá a partir de três anos na carreira, e para as demais classes, a progressão se dá de 5 em 5 anos. Assim, foi importante para o presente estudo perceber quais os discursos produzidos e quais os pensamentos sobre gênero que percorrem a Polícia Federal. Percebemos que a carreira é generificada e ao longo das entrevistas buscamos apreender através dos discursos profissionais como isso é vivenciado na profissão. Existiria um mecanismo de fechamento generificado interno à carreira? Bonelli (2011) analisa três padrões distintos de fechamento generificado na magistratura: a estratificação, a segmentação e a sedimentação. A estratificação ocorre na linha vertical, negando-se as mulheres acesso ao topo da ocupação. A segmentação processa-se na linha horizontal, formando guetos com as mulheres sendo confinadas a áreas menos

valorizadas (direito de família x direito de negócios); a sedimentação articula-se com as profissionais recorrendo ao essencialismo como forma de organizar a identidade de gênero em enclaves, tentando se empoderar. Seria um processo de recorrer a estratégia do fechamento na perspectiva dos estabelecidos em oposição ao lugar de *outsider* típico de guetos profissionais femininos.

No caso das delegadas da Polícia Federal, dentre os três mecanismos de fechamento generificado foi possível identificar o processo de estratificação, já que temos 21,43% de mulheres na Classe Especial e 71,43% na Primeira Classe. Com as entrevistas qualitativas foi possível identificar também o processo de segmentação, que concentraria mais as mulheres em áreas mais administrativas, e de sedimentação em que as profissionais recorrem aos essencialismos como forma de empoderamento.

O estudo utiliza o conceito de masculinidade hegemônica para analisar a estrutura da carreira, através das entrevistas foi possível perceber um discurso de negação de discriminação entre os gêneros na profissão e a valorização da neutralidade profissional.

Tabela 5. Distribuição de Delegados da Polícia Federal por classe e sexo, 2012.

Delegados por Classe		
Homens	N.A.	%
Terceira Classe	3	1,33%
Segunda Classe	20	8,85%
Primeira Classe	128	56,64%
Classe Especial	75	33,19%
Total	226	100,0%
Mulheres		
Segunda Classe	3	7,14%
Primeira Classe	30	71,43%
Classe Especial	9	21,43%
Total	42	100,0%

Fonte: Setor de Comunicação da Polícia Federal de São Paulo, 2012

De acordo com dados do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) de 23 cargos de chefias nos órgãos centrais da PF, em Brasília, apenas quatro eram ocupados por mulheres. Dentre os 27 superintendentes regionais, cargos máximos

da instituição nos estados e Distrito Federal, não há uma única mulher.

O conceito de teto de vidro, que seria uma barreira “invisível” que impediria as mulheres de ascenderem aos altos postos da profissão pode ser aplicado no caso das delegadas da Polícia Federal. No caso da Polícia Federal haveria uma aparente igualdade de oportunidades de ascensão na carreira, que na prática impede o acesso das mulheres às funções mais elevadas da hierarquia policial. Podemos estabelecer uma comparação com a pesquisa de Silveira (2009) sobre as delegadas da Polícia Civil do Estado de São Paulo, elas encontram-se menos representadas no topo da profissão que é a Classe Especial. As profissionais concentram-se mais na base da carreira, que é representada pela 5ª e 4ª Classe. Elas reconhecem o fato da baixíssima representatividade delas nos altos postos profissionais, todavia, não percebem isso como um impedimento para ascensão profissional das mesmas.

7. PERFIL DOS ENTREVISTADOS

A seguir é apresentada uma tabela com o perfil dos entrevistados, com a finalidade de organizar informações relevantes para a composição da carreira. Foram realizadas 6 entrevistas no total.

Profissional	Sexo	Idade	Estado civil	Profissão/ou ocupação cônjuge	Com filhos	Instituição acadêmica de formação
Delegado 1	Masculino	35 anos	Casado	Professora Universitária	Sim	Centro Universitário de Brasília (UNICEUB)
Delegado 2	Masculino	49 anos	Casado	Executiva	Sim	UNAERP
Delegado 3	Masculino	32 anos	Solteiro	-	Não	USP
Delegada 1	Feminino	36 anos	Casada	Delegado da Polícia	Sim	USP

				Federal		
Delegada 2	Feminino	33 anos	Solteira	-	Não	Universidade Católica de Recife
Delegada 3	Feminino	64 anos	Casada	Perito da Polícia Federal	Sim	Universidade Federal da Bahia

8. PROFISSÃO, MASCULINIDADES, GÊNERO E DIFERENÇA

O delegado da Polícia Federal, de 35 anos de idade, casado com uma filha discorre sobre a relação entre os gêneros na profissão. Segundo o profissional, o maior número de homens na carreira está relacionado ao fato das mulheres enfrentarem uma barreira para aprovação que seria a prova de aptidão e esforço físico. Frente a esse obstáculo as mulheres ingressariam menos para o cargo, o que

justifica a baixa representação delas em todas as etapas da hierarquia profissional. O delegado chama atenção para o fato de que mesmo com uma menor representatividade das profissionais não há espaço para discriminação entre os gêneros, pois o processo de seleção para a profissão seria democrático. De acordo com o profissional, as profissionais ocupam cargos de chefia e direção.

Com relação ao trabalho e execução de tarefas, homens e mulheres teriam pela frente o mesmo quadro funcional, enfrentando os mesmos problemas decorrentes da estrutura da instituição. Delegados e delegadas trabalhariam em uma zona de conflitos que permeia a organização da Polícia Federal, e sujeitos ao impacto da política.

Podemos perceber na fala do profissional certo desencantamento com a carreira, que estaria submetida a fatores que vão à mão inversa do profissionalismo. Segundo Pasinato (2004), “O funcionamento do Sistema de Justiça nas sociedades contemporâneas tem sido problematizado a partir do reconhecimento da crise de legitimidade que se instalou nas últimas décadas afetando tanto o Direito quanto as instituições de Segurança e Justiça (p.3)”. Isso pode ser associado à precarização dos serviços de Estado, trazendo como

consequência um aumento da desigualdade socioeconômica e distanciando as camadas mais pobres da efetivação da cidadania. Assim, “ Uma das causas apontadas para a crise de legitimidade que afeta as instituições de Justiça residiria no caráter seletivo de suas decisões, na forma desigual de distribuição da Justiça e na aparente incapacidade deste sistema realizar sua promessa de igualdade de todos perante as leis (PASINATO, 2004, p.8)”.

Com relação a dedicação de tempo integral, o delegado ressalta que isso traria um peso para a vida familiar e privada, tanto para eles quanto para elas.

A maioria dos policiais são homens. Isso se explica em parte porque as mulheres têm bastante dificuldade em serem aprovadas nas provas físicas do concurso. Além disso, acho que a carreira policial interessa mais ao público masculino. Há mais homens no começo, no meio e no topo da profissão. Isso se justifica pela existência de um efetivo masculino muito maior. No entanto, não há discriminação em relação às

mulheres, pois várias ocupam cargos de chefia e direção. O concurso público é democrático e está aberto a todos. A única diferença é a prova física. Sobre o presente tema, sugiro um estudo do disparate treatment e adverse impact do direito norte-americano. Os policiais, sejam eles homens ou mulheres, trabalham sempre na berlinda, sem garantias, sem prerrogativas, sujeito aos ventos da política. Além disso, estão sujeitos a lotações inóspitas e a ambientes criminosos.

Quem tem ambição na carreira, acaba se dedicando muito além do necessário, e muitas vezes abrem mão da família, de cuidar da saúde e de ter vida privada. A dedicação integral gera um fardo imenso tanto para os homens quanto para as mulheres. (Delegado1)

No último concurso para seleção de delegados da Polícia Federal que teve as inscrições abertas em 2012 houve uma alteração

com relação à realização da prova de aptidão física no decorrer do processo seletivo. A PF informou a modificação da aplicação do teste físico para as mulheres, em cumprimento à decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. A decisão foi aplicada para o concurso de 2012 e será mantida para os próximos concursos, de acordo com a determinação da justiça as candidatas ficarão dependuradas na barra com pegada livre, mantendo os braços flexionados e o queixo acima da parte superior, sem necessidade de fazer flexões. O avaliador da prova iniciará a cronometragem do tempo e irá cessar a contagem no instante em que a candidata descontinuar a sustentação ou atingir o tempo máximo da tabela de pontuação.

Serão concedidas duas tentativas ao candidato do sexo feminino. O intervalo mínimo entre a primeira e a segunda tentativa será de no mínimo 5 minutos. Sendo assim, será considerada a melhor marca obtida pela candidata entre as duas tentativas. Durante a convocação para a prova de aptidão física a nova forma de avaliação foi considerada em cumprimento à decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região nos autos da Apelação Cível nº 0006248-89.2006.4.01.3400 (2006.34.00.006333-0)/DF, referentes ao

concurso público para provimento de vagas no cargo de Delegado de Polícia Federal.

O Ministério Público Federal no DF (MPF-DF) classificou como “discriminatório e inconstitucional” o exame de aptidão física previsto para os dias 14 e 15 de setembro de 2013, como etapa do concurso para escrivão, perito e delegado da Polícia Federal. A insatisfação é especificamente com o teste em barra fixa na modalidade dinâmica, cuja exigência é a mesma tanto para homens quanto para mulheres. Para o MPF-DF, que vem tentando impedir que candidatas do sexo feminino sejam eliminadas da seleção por não conseguirem realizar o teste, a Polícia Federal “desconsidera a notável disparidade de potência muscular entre homens e mulheres”. Em medida liminar, o órgão solicitou que o teste de barra fixa para mulheres seja aplicado na modalidade estática, como já acontece em concursos similares como os da Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil do DF e Corpo de Bombeiros Militar do DF. A modalidade dinâmica exige flexões sucessivas, já a estática requer tempo de suspensão.

O MPF argumenta que, para que exista isonomia entre candidatos homens e mulheres na seleção, é necessário considerar, de

forma proporcional e razoável, as diferenças fisiológicas existentes entre eles, em termos biológicos e hormonais. A ação cita estudos e pareceres técnicos de especialistas para demonstrar que o teste de barra fixa na modalidade dinâmica não é o mais adequado para avaliar a capacidade física feminina.

Para o último concurso da PF para o cargo de delegado dos 19 convocados inscritos para o estado de São Paulo para a realização do teste de aptidão física, apenas 3 eram mulheres, representando um percentual de 15,8. As três convocadas foram aprovadas nos testes de aptidão física.

Durante as entrevistas com delegados de polícia, os profissionais mencionaram a dificuldade no exame físico como um obstáculo para um maior ingresso de mulheres na carreira, o que não foi visto como um empecilho para elas.

A Delegada 1, de 36 anos, casada com delegado da PF, com filhos, traça sua trajetória profissional mencionando que não tinha o desejo de ser policial, seu objetivo era entrar em uma carreira pública. A entrevistada viu na carreira na PF uma forma de realizar um compromisso social, uma forma de dar uma devolutiva de todo investimento feito em sua formação universitária. A entrevistada

chama atenção para o fato de quando entrou na instituição teve uma surpresa positiva, ao se deparar, com pares com posições ideológicas muito parecidas com as suas. Percebe-se que a delegada incorpora um discurso do grupo profissional ressaltando a importância da profissão como detentora de uma função social. A fala da delegada vai mudando, entre não ter o desejo de ser policial e o fato da profissão representar uma forma de compromisso social, o que se vincular a ideia de identidade estatutária de Dubar.

Na verdade eu nunca fui dessas pessoas que tem o desejo de ser policial... Eu me formei e sabia que o meu perfil era mais da área pública. Aí prestei concurso para juiz estadual, prestei para o Ministério Público Federal e para o FINEP que era onde eu estava trabalhando antes, depois prestei para a AGU e para PF, aí eu passei na PF e depois na AGU, mas escolhi a PF, pois fui chamada primeiro. Eu sabia que era uma carreira jurídica pública e que eu poderia devolver o investimento que foi feito em mim

pelo Estado. Aí eu pensei, eu começo a trabalhar na PF e se não for o caso eu peço exoneração e volto a estudar. Quando eu cheguei aqui eu tive uma grata surpresa em perceber que os meus colegas tinham um perfil muito parecido com o meu. Tenho a percepção que isso era um contexto da minha geração que mostrava os filhos da classe média em crise buscando carreira mais estáveis. E creio que isso fez com que não houvesse um choque ideológico ou do tipo de atuação do Estado que seria feito pela PF. Aí eu acabei pegando gosto pela coisa. Eu entrei no concurso de 2002 e comecei na carreira em 2003. (Delegada 1)

Ao ser perguntada sobre a avaliação que fazia da profissão a entrevistada vê de forma positiva trabalhar em uma carreira pública, pois possibilita uma atuação única de ajudar a fazer justiça, ressaltando mais uma vez o compromisso profissional com a sociedade. É destacado como lado negativo da profissão o fato de se

depende de uma estrutura de funcionamento do Sistema de Justiça, que acaba limitando a atuação profissional dos delegados da PF.

Enquanto empregador o Estado é um bom pagador, enquanto atuação eu acho que a Polícia tem uma oportunidade única de agir no momento que as coisas acontecem. Apesar de não sermos uma Polícia ostensiva como a PM, que vê o flagrante e atua, a gente também atua no momento que o fato está acontecendo, ou logo em seguida, para descobrir o autor e as provas de que essa pessoa seria o autor. Eu acho uma oportunidade única que você tem para agir. Você tem a ideia de ajudar a fazer justiça. Um ponto negativo é que na prática você vê que se é parte de uma engrenagem de todo o sistema de justiça e que você pode ter um inquérito muito bom, as provas, mas o sistema não te ajuda. Você não consegue um dado, você quer mandar um ofício... O seu inquérito vai ficando

velho. E isso acaba sendo um pouco frustrante. Eu já trabalhei em delegacia que é a fazendária que eram lesões menores e você não tinha muita possibilidade de atuar. (Delegada 1)

Moore (2005) realizou um estudo sobre mulheres em ocupações predominantemente masculinas na Força Policial Israelense (IPF), analisando a questão ela detectou que as mulheres atribuem mais as motivações materiais e financeiras para o ingresso nessa organização. Já os homens apontam como uma das principais motivações para essa escolha o crescimento e a realização profissional. Para autora, as profissionais da polícia israelense sabendo que trabalharão, na maioria dos casos, com colegas do sexo masculino e que seus avanços na organização serão limitados, irão expressar motivações de subsistência para trabalhar nesta organização, ou razões sociais (interesse em ampliar a rede social, conhecer pessoas), mais do que razões de satisfação pessoal. Isso não se aplica a eles, já que para os homens são apontadas diversas razões, tendo um peso maior as de satisfação pessoal e de desenvolvimento profissional.

Sobre a composição da carreira por gênero a delegada avalia que é uma profissão predominante masculina, com mulheres atuando mais na parte administrativa e menos no campo. A partir do discurso da delegada podemos perceber que ocorre um processo de fechamento generificado composto pela sedimentação, em que as mulheres atuariam em guetos “menos valorizados”, e que no caso da entrevista seriam traduzidos por funções mais administrativas. No entanto, a entrevistada destaca que no caso dos plantões que delegados e delegadas devem fazer, não existiria esse processo de enclave, já que ambos os gêneros podem ter que atuar na parte operacional.

A impressão que a gente tem é que é um meio muito masculino, o que a gente vê mesmo é mais homens do que mulheres, em todos os cargos. A gente vê mulheres que são ligadas a cargos que tem um trabalho menos direto no campo. Eu vejo que existem mais mulheres delegadas em delegacias que não são de investigação criminal. Por exemplo, a chefe do setor de

comunicação social é mulher, a chefe da delegacia de controle de armas que é só administrativo é mulher, a chefe da delegacia de imigração é mulher, a corregedora é mulher. Essas delegacias mais mão na massa como a de entorpecentes, atualmente o chefe é homem e temos mais homens lá, já teve uma delegada mulher, mas ele fazia mais a parte de correios do que propriamente ir lá... Mas nos plantões não tem essa se é homem, se é mulher se precisar ir para rua está todo mundo preparado para isso. Aí você tem a delegacia Fazendária que tem mais papel, e tem mais mulheres, a Previdenciária também tem mais papel e mais mulheres. Na Financeira o chefe é homem mais tem mais mulheres trabalhando (Delegada 1).

Ao relatar sobre o ingresso na profissão a delegada analisa que a prova de aptidão física para aprovação no concurso da Polícia

Federal é um requisito para atuação profissional. Ao se referir ao treinamento na Academia de Polícia, a delegada explica que esta é uma fase tensa e que possui um formato militarizado. O treinamento envolve práticas físicas e de defesa pessoal, sendo a parte física adaptada para as mulheres. Pela avaliação da entrevistada não há problemas em fazer testes físicos, concebendo que tanto homens, quanto mulheres devem estar preparados para o exercício de suas funções. Ela ressalta que o período intenso de treinamento pode ter um peso maior para mulheres que tenham filhos, pois estas devem permanecer meses fora de casa, e menciona que talvez um homem não tenha essa mesma dificuldade em largar a esposa e filhos.

O que eu vejo sobre o concurso é que tem uma etapa que é a prova física então quem presta o concurso da Polícia Federal já sabe que tem uma etapa que é física. Então seja homem, seja homem mais velho, seja mulher não pode ser sedentário, tem alguns requisitos, como não pode ser cardíaco, e isso é do próprio risco da profissão. A Academia de Polícia é uma fase do

concurso que tem toda essa parte física, de defesa pessoal, tem prova de tiro, corrida, barra, salto, mas com parâmetros adaptados para as mulheres. No meu concurso os homens tinham que correr, eu acho, que 2400 metros em 12 minutos e a gente tinha que correr 2000 metros. Os homens tinham que fazer não sei quantas barras e a mulher tinha que fazer uma e ficar suspensa. Os parâmetros físicos são adaptados, mas até por uma questão de descobrir quem tem vocação para trabalhar na Polícia... E a academia é dura, é tensa, tem um aspecto militarizado, em que se tem até um questionamento se deveria ter ou não. Mas eu acho que a pressão é tanto para um homem, quanto para a mulher. Eventualmente, por questões culturais para uma mulher que seja mãe ficar lá aquartelada 5 meses seja mais difícil, do que para um homem que deixou a mulher cuidando dos filhos. Mas aí vai depender

da dinâmica de cada um. O relacionamento entre homens e mulheres, na Academia de Polícia é muito bom, existe eventualmente alguma competição, mas é por questão de que uma atividade que você faz vai te dar pontuação, e dependendo da localidade que você vai precisa de uma maior pontuação, dependendo do edital de cada concurso. Mas não existe uma questão de gênero ali que gere animosidades, dos homens acharem que as mulheres são protegidas. Eu até achei interessante que quando eu cheguei na academia eu percebia que tinha menos mulher, eu recebi flores no dia da mulher, que em um ambiente que tem muita mulher não tinha muito essa. (Delegada 1).

Sobre as relações estabelecidas entre os gêneros a delegada avalia que sentiu preconceito de gênero quando começou a trabalhar, pois ela seguia um padrão diferente do modelo estabelecido, o fato dela ser simpática com os colegas e subordinados era percebido como

uma demonstração de fragilidade da mesma. Nesse sentido, atitudes, posturas que fugiam de um padrão de masculinidade hegemônica eram vistas de forma negativa pelos pares do sexo masculino. Sua performance de gênero não estava em consonância com o modelo hegemônico, por isso suas atitudes a enquadravam como uma *outsider*.

O que eu acho que tem um pouco mais de preconceito de gênero seria quando eu comecei a trabalhar, eu costumo cumprimentar todo mundo, sorrio para todo mundo, peço por favor, obrigada e tudo mais, e aí eu percebi na minha primeira atuação que foi no norte, foi no Acre e tinha 5 delegados e eu de mulher, então eu via que não os delegados, mas principalmente os agentes para quem eu dava as ordens, tinham um pouco da coisa de achar que porque eu era simpática, eu era frágil. Então até eles entenderem como é o estilo, você tinha que dar umas broncas. Então agora eu não sei se isso

*acontece com um homem que é simpático.
(Delegada 1).*

A delegada 2 discorre sobre sua trajetória acadêmica e profissional. Segundo ela, quando se formou passou a prestar diversos concursos na área jurídica, pois não queria atuar como advogada. Em sua trajetória profissional, atuou como delegada da Polícia Civil na Paraíba, até ingressar no concurso para delegada da PF e ser lotada em São Paulo. Sobre a carreira, a entrevistada diz que se identificou muito em termos profissionais, porque a profissão é dinâmica, permitindo lidar com a parte administrativa e burocrática, assim como também com a parte operacional.

O discurso da profissional aproxima-se do ideário masculino hegemônico, isso é simbolizado na fala da delegada que diz não se sentir incomodada ao lidar com armas, pois isso já faz parte de sua performance na profissão.

Eu fiz faculdade de direito em Recife e eu terminei o curso com a certeza de que eu não

iria advogar, e aí eu comecei a prestar concursos na área jurídica para procurador, promotor, juiz, em vários estados. E aí coincidentemente, eu só passei para concurso na Polícia. Eu passei para delegada na Polícia Civil da Paraíba, eu fiquei por um ano como delegada lá, e logo em seguida eu prestei para a PF e passei. Eu passei no concurso de 2004, mas eu só tomei posse em 2007. Eu fiquei na Paraíba até ser chamada para vir para cá. Eu gosto, eu me sinto bem nessa profissão, gosto dessa variação que a gente tem aqui, ao mesmo tempo que temos a parte que é burocrática, de inquérito e de análise de documentos, tem a parte externa que você vai para operação... E eu não tenho problema nenhum em andar armada, porque tem gente que se sente desconfortável, mas eu não tenho problema nenhum, muito pelo contrário, depois que eu comecei a andar armada lá na Paraíba, quando eu tive que

entregar minha arma lá eu me senti sem alguma coisa. Mas, eu me identifiquei mesmo... Se você me perguntasse na época que eu estava prestando concurso, se era meu sonho ser delegada, não era, mas eu fui prestando concurso. (Delegada 2).

A Polícia Federal estabelece como requisito profissional que homens e mulheres dediquem uma hora por dia para a prática de exercícios físicos, que podem ser realizados na própria sede da instituição, que possui uma academia para os profissionais, ou fora dali. A dedicação a atividades físicas ajudam na composição da performance dos profissionais que incorporam o modelo de masculinidade reproduzido pela instituição. No entanto, como estamos lidando com conceitos sociológicos como diferença, masculinidades e gênero, é notório que as profissionais conseguem desenvolver novas práticas e ressignificar sua atuação profissional, vencendo barreiras e compondo uma nova performance profissional. O discurso da masculinidade hegemônica existe e é constantemente

reproduzido, porém existe resistência e ressignificação através das práticas.

Tem a possibilidade da prática aqui, mas eu prefiro fazer fora. Em vez de trabalharmos 8 horas, temos a possibilidade de trabalhar 7 horas e sair para realizar atividade física. O que acontece na prática é que dado o volume de trabalho, é muito difícil as pessoas conseguirem trabalhar apenas 7 horas por dia (Delegada 2).

A delegada 2 aborda a questão de que homens e mulheres trabalham o mesmo tempo até obterem a aposentadoria, ao todo são 30 anos de trabalho na função. A delegada compara a profissão de delegado da PF a outras carreiras, nas quais o tempo de aposentadoria para homens e mulheres não é o mesmo. Nesse trecho, percebemos que a profissão organiza-se a partir da lógica da masculinidade hegemônica, o discurso da entrevistada aponta que as diferenças devem ser problematizadas na carreira. Assim, debater questões como

a maternidade, tempo de aposentadoria são pontos relevantes na visão da delegada.

Homens e mulheres trabalham por 30 anos até obterem a aposentadoria, tal fato comparado às outras profissões mostra que não há diferenciação de tratamento entre homens e mulheres, nem são colocadas questões como dupla jornada de trabalho... (Delegada 2).

O delegado 2 fala sobre sua trajetória como delegado da Polícia Federal, mostrando sua atuação em várias áreas do órgão. Aponta para o fato de ter concluído a graduação e ter seguido com os negócios da família, indo, apenas posteriormente, ingressar na carreira pública. Seu objetivo ao ingressar em uma carreira pública foi de fato obter uma estabilidade profissional.

Entrei na PF em 1995 na eu trabalhei em várias áreas, de repressão a drogas, de crime financeiros, eu chefei o aeroporto Internacional

de São Paulo, e depois em 2007 eu fui à Brasília ocupando uma diretoria de investigação e combate ao crime organizado, retornando à São Paulo, no estado, para ocupar o cargo de superintendente regional da Polícia Federal no estado de São Paulo. Eu me formei em Direito em 1984, com 22 anos. O meu pai era agricultor, e mesmo formado eu fui trabalhar com ele, a orientação do filho mais velho e filho homem era trabalhar e seguir os passos do pai. Contudo, a década de 80 ela foi uma década muito difícil para a iniciativa privada para oportunizar aos jovens que ingressavam no mercado de trabalho boas condições. E eu trabalhei com ele no ramo pecuário por 8 anos. Aí ao perceber que eu não poderia seguir os passos do meu pai eu resolvi seguir prestando concursos públicos, e decidi seguir uma carreira pública. O que aconteceu foi a busca de uma

estabilidade ingressando em uma carreira pública. (Delegado 2)

O delegado 2 mostra-se realizado com a profissão, recorrendo ao discurso profissional de valorização e enobrecimento da carreira, mostrando a importância da mesma para com a sociedade. O entrevistado associa a atuação da Polícia Federal ao de um mocinho de grandes enredos televisivos ou literários. Sua identidade profissional é associada à ideia de compromisso social, mostrando assim como no caso da Delegada 1, a forma como o grupo procura se construir em identificação estatutária, buscando uma identidade legitimadora e um reconhecimento da instituição perante a sociedade.

Eu encontrei na Polícia Federal uma realização muito grande por atuar em uma área em que literalmente é o mocinho para a sociedade, em que você é aquele ou aquela que atua em prol de um grande número de pessoas. Então eu posso dizer que hoje eu sou uma pessoa realizada com a profissão (Delegado 2).

O delegado 2 aponta que as mulheres estão ingressando cada vez mais na PF, e ocupando postos de comando, isso, segundo ele, deve-se ao fato da carreira não exigir apenas a forma física para atuar, mas também uma boa formação. Percebemos no discurso a valorização da atividade profissional respaldada no conhecimento técnico-científico. Para o entrevistado, o que dificulta uma maior representação de mulheres é o fato da prova física eliminar muitas delas. Nesse sentido, existiria uma performance a ser seguida, e aquelas que não se adequam a ela não ingressam na carreira. Assim, atuar a partir de uma masculinidade estabelecida seria um ponto-chave para a entrada na instituição, isso faz com que a profissão seja mais desejada por homens jovens. O discurso do entrevistado mostra mudanças na organização da carreira e no processo de seleção após a incorporação das mulheres. Isso teria refletido no ingresso na carreira, já que as mulheres não foram reprovadas no último concurso no teste físico.

Na Polícia Federal as mulheres têm assumido cada vez mais posições de destaque, e por quê?

Porque o nosso trabalho ele deve ter uma forma física mais adequada para você atuar, principalmente os executores, mas em boa parte dos cargos de comando a prioridade é o intelecto, a formação, a atitude, são essas coisas, a habilidade oral de se comunicar, de interagir com outras pessoas, o esforço em adquirir novos conhecimentos. E diante desse quadro as mulheres têm cada vez mais assumido posições relevantes de comando. Eu particularmente, como superintendente olhando para baixo e vendo o pessoal que compõe os cargos dentro do Estado nós temos várias mulheres que ocupam cargo de chefia, a corregedora, a nossa chefe da área de comunicação social, chefe da área de controle imigratório, da área de controle de armas e de controle de produtos químicos. Nós temos proporcionalmente entre o número de mulheres e homens, eu não tenho os números de cabeça,

mas me parece que elas estão proporcionalmente, de acordo com o número que representam, superando os homens em posições elevadas. Eu particularmente acho que você tem um comprometimento maior por parte das mulheres e você tem um menor grau de desvio de conduta, comparado com as mulheres, então eu gosto muito de trabalhar com as mulheres. As que têm trabalhado comigo aqui, as que trabalharam em Brasília, elas realmente se dedicam com afinco ao que fazem, e têm assumido cada vez mais postos de comandos. O que limita um pouco as mulheres o percentual de mulheres na Polícia Federal é a exigência de provas físicas no ingresso, é lógico que a prova não é a mesma, a prova para os homens tem um rigor maior, e para as mulheres tem um rigor menor. Mas eu me lembro que no meu concurso mesmo, muitas mulheres, não foram aprovadas, foram reprovadas na prova física. Outro aspecto

que tem mudado bastante é uma imagem, ou um pensamento mediano, comum, de que a atividade policial é mais para homens, porque vai usar armas, vai enfim, ter que prender pessoas. Aí não é só de homens não, eu acho que homens e mulheres, no passado mais agora menos, isso tem mudado mas tem essa percepção. Então a atração acaba sendo especialmente para os homens jovens, essa questão de portar armas, do exercício da autoridade, ela é uma coisa que atrai muito o homem jovem e em um grau menor as mulheres, mas isso tem mudado, tanto na Justiça, quanto no Ministério Público, e na Polícia. Então tem se visto como uma carreira de Estado, uma carreira importante, então a minha percepção é que a gente tem tido uma percepção muito boa para a organização. O ingresso de mulheres e a ocupação de postos relevantes tem ajudado a melhorar muito a organização. (Delegado 2).

A delegada 3, de 64 anos, nascida no interior da Bahia, ingressou no concurso para a Polícia Federal em 1976, apesar de estar atualmente aposentada, representa uma diretoria na ADPF. A delegada apresenta a mesma fala dos pares anteriores sobre construção coletiva. O caso das delegados e delegadas entrevistados diferencia-se da pesquisa israelense sobre a organização policial, no qual homens e mulheres apontavam motivos diferentes para o ingresso na profissão. No caso dos delegados e delegadas da PF percebe-se uma visão hegemônica institucional sobre a identidade profissional.

Nasci no interior da Bahia, de pais com instrução primária, porém determinados em dar boa educação aos doze filhos, que concluíram o ensino superior e se encaminharam em suas respectivas profissões.

Formei-me em Direito na Universidade Federal da Bahia, em 11.08.1973, com muito esforço e dedicação, trabalhando durante o dia e

estudando à noite. Logo que me formei fui contratada para trabalhar como Perita Criminal da SSP-BA e em 1976 fiz o concurso e fui aprovada para o cargo de Delegada da Polícia Federal. Tal escolha decorreu de vocação e vontade de contribuir para melhorar a sociedade.

Assumi o cargo no Rio de Janeiro-RJ, no início de 1977, após seis meses de curso de formação na ANP-DPF- Brasília-DF, tendo atuado em Brasília-DF, Maceió-AL e em Aracaju-SE, onde me aposentei.

Hoje exerço atividades classistas, como representante regional da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal e do Sindicato dos Delegados de Polícia Federal-Região Nordeste, o que muito me gratifica, por continuar lutando pela categoria e em contatos frequentes com os colegas.(Delegada 3).

A delegada 3 chama atenção para o fato de que no início de sua trajetória profissional houve muitos desafios a serem contornados porque as mulheres não eram muito aceitas na carreira policial, isso porque em sua época as mulheres começaram a ingressar na profissão. A entrevistada relatou que em muitas situações sentiu que havia uma pressão pelo fato dela ser mulher, e que tinha que provar que era uma profissional. A não aceitação por parte de profissionais subordinados também aparece na fala da delegada 3, que buscou como alternativa saber se “impor” em um ambiente hostil para as mulheres e que reproduzia todo o ideário masculino tendo um impacto na performance de gênero para a realização da prática profissional.

Minha trajetória foi muito dinâmica e cheia de desafios que me motivaram na profissão. Os desafios inicialmente foram muitos, decorrentes da dificuldade de aceitação da mulher na função policial, mas fui me impondo e me fazendo respeitar por todos no desempenho profissional. Tive dificuldades no relacionamento interno com

subordinados, no início da carreira, mas pude superar com muita garra e determinação, sabendo me impor. Minhas maiores conquistas foram o companheirismo e cumplicidade do marido, também policial e poder criar, educar e ver meus filhos formados e encaminhados na vida, mesmo com todas as dificuldades que tive durante os anos de serviço policial (delegada 3).

Perguntada sobre a atual proporção entre homens e mulheres na profissão a entrevistada avalia que há uma maior participação de mulheres com relação a sua época, e que isso se deve pelo empoderamento feminino. No entanto, ela ressalta que ainda hoje existiriam maiores oportunidades para os homens no que se refere a postos mais altos e isso ocorreria por um resquício de machismo que seria disfarçado e velado em nossa sociedade, e que isso impediria a ascensão aos cargos de destaque. Questionada sobre o processo seletivo para ingresso no cargo, a delegada relatou não considerar que exista um tratamento diferenciado para recrutamento, pois a seleção é igual para todos. Foi perguntado a entrevistada se ela gostava de

trabalhar mais com homens ou mulheres, e ela avaliou que isso nunca importou, dado que o importante é a eficiência, responsabilidade. Nessa passagem percebemos que a delegada recorre a princípios básicos do discurso do profissionalismo que valorizam a competência.

Quanto à proporção entre homens e mulheres, atualmente está maior a participação feminina, em razão da emancipação e conquista de direitos por parte das mulheres, o que considero altamente positivo. Creio que atualmente ainda haja maiores oportunidades para os homens galgarem postos de destaque em todos os lugares, em face dos resquícios de machismo ainda existentes, embora disfarçados. O processo de seleção é igual para todos, sem distinção de sexo. Não creio que haja diferença em razão de sexo, no recrutamento e seleção. Não vejo atualmente diferença entre homens e mulheres na função policial. Para mim, nunca importou se trabalho com homens ou mulheres,

porque o que interessa é a eficiência, responsabilidade, disciplina, etc. (Delegada 3).

Marry (2008) ao estudar a carreira das mulheres no mundo acadêmico na área de ciências biológicas, na França, detectou que a imposição da excelência pesa mais sobre as mulheres, isso porque as mulheres se prejudicam mais do que os homens devido às mudanças nas carreiras dos cônjuges, ou muitas vezes, passam por um processo de entrave na carreira por causa da impossibilidade de abandonar um laboratório que está em crise. O peso dos compromissos familiares também incide mais sobre as mulheres, o que tem impacto direto na sua trajetória profissional. O conceito de teto de vidro foi rebatizado pela autora como “céu de chumbo”, já que é menos invisível, porém tão pesado quanto o primeiro. O “céu de chumbo” é formado por vários tipos de discriminações, o que faz com que as pequenas diferenças demarcadas no início da trajetória profissional tornem-se grandes defasagens depois de um longo período da carreira (MARRY, 2007, p.416).

No caso das delegadas da Polícia Civil que foram objeto de estudo de Silveira (2009) o “céu de chumbo” impede a subida delas

na profissão e ao traçarmos uma análise comparativa com a carreira na Polícia Federal constatou-se que existe uma barreira para a ascensão das profissionais. Isso pode ser percebido pelo dado que nos mostra que no mais alto cargo de cada lotação que é a superintendência não existe nenhuma mulher dentre os 27 superintendentes.

Os homens traçam trajetórias profissionais mais rápidas, o que também é válido para a profissão de delegado de polícia, esse fato foi caracterizado por Marry (2008) como “percursos meteóricos”. Para a autora, a carreira acadêmica na França prefere os “meteoros”, homens que tiveram uma carreira acadêmica rápida, assim a concepção de excelência, que é um dos requisitos para as promoções, privilegia a rapidez, em detrimento das hesitações, das mudanças e dos percursos atípicos. Com isso, um número maior de mulheres, e de homens que não traçaram trajetórias lineares, é descartado.

O delegado 3 está há 5 anos na Polícia Federal, pertence a 1ª Classe e terminou o curso de Direito na Universidade de São Paulo em 2002. A entrevista mostra que a carreira que antes era pouco desejada vai sendo transformada no interior da instituição, e esse

processo está relacionada às identidades estatutárias, que por sua vez predominaram nos discursos de delegados e delegadas.

Eu escolhi prestar o concurso por indicação de um amigo, a escolha foi mais a repulsa pelo direito do que a vontade de entrar na polícia, eu pensei olha onde eu vou usar menos o Direito. E por incrível que pareça é onde eu mais uso o Direito e onde eu mais vejo o Direito funcionando. Eu me imagino daqui há alguns anos mais na parte de diretriz MESMO de órgão em como pensar mais a função da Polícia Federal na sociedade e em ter um Brasil mais justo, e tentar integrar com outros órgãos para que eles tenham a mesma visão da Polícia Federal, ou seja, cada vez mais o setor público com realidade do setor privado, buscando atingir resultados. Eu já trabalhei na corregedoria logo que entrei, mas pedi para mudar porque achava que não tinha a menor condição alguém que acabou de ingressar dar

pareceres. Daí eu fui para um setor de precatórias e fui para o setor de crimes financeiros que tinha um chefe que estava montando um grupo bem jovem para atuar. Atualmente atuo na parte de inteligência policial. A imagem da PF é bastante positiva...

Sobre a questão da sexualidade e os desafios colocados para os profissionais, o delegado 1 observou que conhece homens que se assumiram como homossexuais, o que segundo ele é aceito, porém existe grande preconceito. O entrevistado reforça que o ambiente policial é um espaço masculino, nesse sentido o discurso institucional reproduz a masculinidade hegemônica. Percebe-se em seu discurso que o padrão heteronormativo organiza as práticas profissionais, e tudo que foge desse modelo é visto de forma negativa pela instituição e pelos pares. Segundo o delegado federal, a maioria dos profissionais homossexuais são discretos, pois caso contrário seriam execrados no ambiente policial. O insight de Sedgwick sobre o armário problematiza as trajetórias das e dos profissionais que devem

“encaixar-se” nesse padrão, ou melhor, não sair do armário e adotar a performance profissional hegemônica.

A maioria é bem discreta, por que senão seriam execrados no ambiente policial. Isso é abordado no ambiente policial com enorme preconceito, mas é aceito. Tenho dois colegas de turma que eram homossexuais, sendo que um era assumido. O problema é que um delegado homossexual acaba por gerar desconfiança dos seus subordinados e dos investigados. Além disso, volto a frisar que o ambiente policial é extremamente masculino... Não há influência da sexualidade no recrutamento e seleção de colegas. O que pode gerar mais problemas é a sexualidade, em 2º lugar a criação dos filhos, em 3º lugar o gênero.

Sobre a questão do impacto da heteronormatividade e da masculinidade hegemônica presente na Polícia Federal é utilizada a matéria de jornal do Correio Braziliense publicada no dia 13/10/2014 sobre a desclassificação, por a suposta homossexualidade de um candidato que fazia o curso de formação para ingresso na Polícia Federal para o cargo de agente federal.

Segundo o candidato, o Departamento da Polícia Federal teria pedido que ele provasse que não era homossexual.

Excluído de concurso por suposta homossexualidade será indenizado Candidato receberá R\$ 100 mil por danos morais

Fonte: Correio Braziliense

Publicação: 13/10/2014

Por unanimidade, a 5ª Turma do TRF da 1ª Região condenou a União ao pagamento de R\$ 100 mil, por danos morais, a um candidato excluído indevidamente de concurso para o cargo de agente da Polícia Federal em virtude de suposta homossexualidade. A decisão também confirmou sentença de primeiro grau que condenou a União ao pagamento de indenização, a título de danos materiais, calculada com base no somatório das parcelas referentes à remuneração que o candidato deixou de receber entre a data que deveria ter ocorrido sua posse e o dia em que efetivamente ocorreu.

O candidato sustenta que foi aprovado em concurso público, promovido pelo Departamento de Polícia Federal (DPF), tendo sido admitido no XXIV Curso de Formação Profissional, do qual foi excluído, arbitrariamente, faltando apenas uma semana para sua conclusão, por causa de supostamente apresentar comportamento incompatível com o exercício da função estatal. Contra sua exclusão, o candidato entrou com ação na Justiça Federal, com pedido de liminar, requerendo o direito de concluir o curso de formação, assim como o direito à nomeação para o cargo de Agente da Polícia Federal após sua conclusão. Além disso, o autor solicitou a condenação da União ao pagamento de indenização por danos morais e materiais acrescidos das vantagens, gratificações e promoções "pelos reflexos danosos resultantes do constrangimento ilegal que suportou revelado pela arbitrária, injusta e infundada taxação, por parte dos agentes da promovida, como homossexual perante toda a comunidade de onde se origina".

Em primeira instância, o pedido foi julgado parcialmente procedente. Ao analisar a questão, o Juízo da 22.ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal condenou a União ao pagamento de

indenização pelos danos patrimoniais sofridos no montante correspondente ao somatório das parcelas referentes à remuneração que deixou de receber entre a data que deveria ter ocorrido sua posse (21/11/96) e o dia em que efetivamente ocorreu (22/11/06). O Juízo também determinou a retificação da data de nomeação e posse do candidato, bem como seu reenquadramento funcional. Negou, contudo, o pedido de pagamento de indenização a título de danos morais.

Candidato e União recorreram ao TRF1 contra a sentença. A parte autora insiste na concessão integral do pedido feito em primeira instância destacando que a ocorrência de dano moral se revela pela lesão ao patrimônio não material, tais como ofensa à honra, às crenças internas, à liberdade, à paz interior de cada um e aos sentimentos afetivos de qualquer espécie. Pondera que "o pleito indenizatório não tem por suporte apenas o desligamento do curso de formação em si, que lhe causou profunda comoção, mas, também, os motivos de que se utilizou a Administração para a prática de tal ato, classificando-o como homossexual, com comportamento incompatível com o exercício da função policial".

A União, por sua vez, argumenta que, na espécie, afigura-se manifestamente incabível o pedido indenizatório a título de danos materiais, tendo em vista que a percepção da pretendida retribuição pecuniária estaria atrelada ao efetivo exercício do cargo. Postula também, o ente público, a redução do valor fixado a título indenizatório, sob o fundamento de que "o montante arbitrado pelo juízo monocrático seria extremamente excessivo".

Os membros que compõem a 5ª Turma rejeitaram as alegações trazidas pela União e aceitaram integralmente as do candidato. "Na hipótese em comento, o dano moral revelou-se pela arbitrária, injusta e infundada classificação do autor como se homossexual fosse, lançando e mantendo dúvidas sobre a sua conduta, invadindo-lhe a intimidade, ferindo-lhe em sua honra e abalando a sua imagem junto ao meio social em que convive em manifesta afronta ao direito à vida privada", diz a decisão.

Além disso, "a Administração Pública Federal, através de seu Departamento de Polícia Federal, exigiu deste candidato por longos

anos a produção de uma prova diabólica, vale dizer, teria ele que provar perante a Administração que não era homossexual, numa malsinada inversão do ônus da prova. Mesmo que homossexual fosse, não poderia ser excluído do serviço público por essa odiosa discriminação em razão de opção sexual, como assim abomina a Constituição da República Federativa do Brasil", destaca o relator, desembargador federal Souza Prudente.

Ainda segundo o Colegiado, "tal discriminação preconceituosa afronta os princípios norteadores da Carta Magna, pois a República Federativa do Brasil tem como objetivos fundamentais, entre outros, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária". Nesse sentido, comprovada a ocorrência do dano moral, por ofensa à honra e à imagem do autor, e restando caracterizado o nexo de causalidade, "impõe-se à União Federal o dever de indenizar o dano causado, no contexto normativo da responsabilidade civil objetiva do Estado", ressalta a Corte.

Dessa forma, fundamentaram os membros do Colegiado, "a fixação do valor da indenização por dano moral deve pautar-se segundo os

critérios de proporcionalidade, moderação e razoabilidade, com observância das peculiaridades inerentes aos fatos e circunstâncias que envolvem o caso concreto, de forma que a quantia da reparação não pode ser ínfima, para não representar uma ausência de sanção efetiva ao ofensor, nem excessivo, para não constituir enriquecimento sem causa do ofendido, afigurando-se adequada a quantia de R\$ 100 mil".

Na matéria analisada percebe-se que as práticas contra-hegemônicas são construídas em contraste com um modelo hegemônico. A Polícia Federal enquanto uma instituição policial é organizada por visões hegemônicas que reproduzem um *ethos* profissional. Os discursos hegemônicos são desafiados e questionados por diferenças, como no caso do candidato que segundo alega foi excluído do concurso por “não provar” que não era homossexual. Nesse sentido, tudo que não se encaixaria no modelo heteronormativo institucional não deve integrar a organização. O profissional “excluído” da instituição resiste e ao resistir entra para o jogo das identidades e das diferenças, que geram novas práticas e significados para a Polícia Federal.

9. DISCURSOS PROFISSIONAIS E ENTIDADES REPRESENTATIVAS

No discurso proferido pela delegada de Polícia Federal através de uma entrevista para a ADPF (Associação dos Delegados da Polícia Federal) percebe-se a construção de uma imagem positiva que as profissionais têm perante a sociedade e que também é ressaltada na notícia². Podemos perceber que a fala da delegada tipifica alguns atributos femininos como o uso da linguagem amena, escolhida carinhosamente, num movimento conciliador. A profissional chama atenção para o fato de que as mulheres na Polícia Federal não perdem sua feminilidade, o que seria esperado, já que elas exercem sua função em um ambiente “truculento”, marcado por posturas “viris”. É destacado o fato de que a sensibilidade feminina seria uma “ferramenta” fundamental na instituição policial, assim associando

² Ver Adorno e Pasinato (2007).

essa característica feminina como importante para o mundo profissional. Dessa forma, percebe-se que ela recorre ao processo de essencialização de atributos e características femininas, tendo como finalidade buscar seu espaço no âmbito profissional.

O processo de sedimentação por gênero no âmbito profissional é encontrado na fala da delegada. Na sedimentação as profissionais recorrem ao essencialismo como forma de organizar a identidade de gênero em enclaves, buscando o empoderamento profissional. A delegada “joga” o jogo das identidades para construir seu discurso profissional.

“Por vezes, situações sensíveis de conflito são minimizadas pela palavra vinda de uma mulher que, sem perder a firmeza, utiliza linguagem amena, escolhida carinhosamente, num movimento conciliador”, analisa a delegada de polícia federal Tânia Fogaça, integrante da Comissão de Prerrogativas da ADPF.

Na avaliação da delegada Tânia, as mulheres da Polícia Federal são especiais, porque, mesmo num ambiente que eventualmente poderia "embrutecê-las" mantêm sua feminilidade e utilizam esta característica para o combate à criminalidade. A análise de dados, as inquirições, o poder de convencimento em seus requerimentos demonstram que a sensibilidade feminina é ferramenta indispensável no corpo policial. (Notícia extraída do site da ADPF)

A seguir é analisada uma entrevista realizada pelo SINDIPOL (Sindicato dos Policiais Federais no Distrito Federal) com Creusa Camelier, Delegada Federal e Presidente da Associação Nacional das Mulheres Policiais do Brasil. A delegada declara não ter encontrado dificuldades na trajetória profissional, justificando que sempre foi disciplinada, o que nos mostra o processo de construção identidade coletiva.

A entrevistada recorre a valores presentes no profissionalismo para caracterizar sua carreira e avalia que a profissão não trouxe nenhuma vantagem em termos financeiros, mas valoriza o compromisso social do cargo exercido.

P: Como é ser uma mulher policial?

Sou uma profissional de segurança pública, com ótimo nível de qualificação, sempre procuro técnica e instintivamente, como mulher, fazer o meu trabalho objetivando conseguir o melhor resultado.

P: Quais são as maiores dificuldades em ser mulher policial?

Nunca encontrei dificuldades em exercer a função policial, como mulher, pois sempre encarei a atividade como a maioria dos meus colegas, de forma disciplinada.

P: E as vantagens?

Vantagens em termos materiais e familiares nenhuma, mas existe a satisfação de poder prestar um serviço de qualidade, em termos de segurança e credibilidade à nossa comunidade. Não se fala em vantagens quando se exerce a atividade de risco de morte. Há sempre o desgaste orgânico e psicológico como o constante estresse, pelo período de contínuo esforço físico e da exigência intermitente de acuidade e higidez mental, pois o policial tem a missão de garantir, com dedicação exclusiva, a integridade física e o patrimônio dos cidadãos comuns e os bens da nação.

Sobre o processo de conciliar a vida familiar e profissional a delegada federal avalia ter passado por várias dificuldades na criação do filho e analisa a importância do oferecimento de creches para os filhos das profissionais, já que a mulher policial deve ter dedicação integral à carreira. Ao analisar-se a entrevista percebemos que o jogo das identidades e de gênero marca o discurso da profissional, assim

como a realização do trabalho emocional na carreira que exige um “desgaste orgânico e psicológico com o constante estresse”, o que traz um impacto para o *self*.

P: Como é ser Policial Federal e conciliar isso à família?

Eu enfrentei várias dificuldades em relação à criação de meu filho pela ausência prolongada, devido aos plantões. Às vezes o levava, ainda bebê, para o serviço e o deixava nos bancos das dependências da delegacia, por falta de creches que pudessem dar a assistência devida. A mulher policial tem de ter o equilíbrio necessário para conciliar os cuidados e a administração da família e de casa com a dedicação integral e exclusiva à atividade policial.

A delegada avaliou não ter sofrido discriminação por ser mulher, no entanto, reconhece que as mulheres policiais passam por um processo de discriminação de gênero dentro da instituição policial. A entrevistada analisa que existe a valorização de um padrão masculino, e que as profissionais sofrem a consequência disso. Para a profissional, existe um equívoco na interpretação da lei para aposentadoria das policiais que devem trabalhar 30 anos, assim como os homens, diferentemente do que ocorre em outras carreiras em que a mulher deve apresentar tempo menor para entrar com a solicitação para se aposentar. Percebemos o impacto da masculinidade hegemônica institucional no discurso da profissional, e os custos em termos do jogo das identidades e do trabalho emocional. A produção da diferença de gênero como identidade é reproduzida no discurso da delegada, e com relação aos processos de organização na carreira a sedimentação está presente na fala da entrevistada. No discurso da profissional vemos a construção das identidades profissionais, em que a entrevistada constrói um discurso de identidade estatutária para as identidades biográficas.

P: A senhora já sofreu alguma discriminação ou perseguição por ser mulher?

No tocante à discriminação por ser mulher, não, mas todas nós mulheres policiais sofremos a discriminação de gênero dentro das fileiras policiais, não é uma discriminação sexista. A discriminação de gênero se traduz pela valorização padrão de um ser em detrimento do outro, e neste caso, há 23 anos, esta discriminação encontra-se legalizada na Lei Complementar 51/85. Pois só ao homem policial é dado o direito de usufruir da aposentadoria especial que lhe é devida pela própria Constituição, enquanto que a mulher, apesar de ter os seus direitos contemplados pela Constituição em pé de igualdade com o homem policial, até hoje este direito lhe é negado por conta da masculinidade da expressão “o funcionário policial contida no texto da Lei Complementar N.º. 51/85, recepcionada pela Constituição Federal, privilegiando apenas o gênero masculino no exercício da função policial, em detrimento do gênero feminino em igual atividade profissional. Esta Lei foi editada em época na qual o exercício da função policial era quase monopólio masculino, não incluído em suas disposições as condições distintas para

a aposentadoria da mulher, estabelecida pela nossa Constituição, em todos os parâmetros. Foi, também, para resolver de uma vez por todas essa situação insustentável, mormente neste governo, que se voltou com salutar atenção para a problemática da discriminação em relação à mulher e às etnias neste país, é que foi criada a Associação Nacional das Mulheres Policias do Brasil, AMPOL, entidade que congrega em seu quadro social integrantes da Polícia Federal, Polícias Civis, Polícia Rodoviária Federal e Polícias Militares e que tem por finalidade unir as mulheres policiais em torno de ideais e de interesses comuns entre essas Corporações, para proceder a troca de conhecimento e de experiência profissional, visando a melhoria dos serviços prestados à Nação pelos órgãos de Segurança Pública, de forma cooperativa, como foi a conquista da AMPOL, quando da Emenda Constitucional nº. 45, de 2005, que assegurou o reconhecimento constitucional do trabalho policial como atividade de risco.

Um dos grandes empreendimentos da AMPOL no momento é a aprovação definitiva do PLP 275/2001, que atualiza a ementa Lei Complementar 51/85, em que se pleiteia a aplicação da sistemática Constitucional no

tocante a diferenciação biológica entre o homem e a mulher na referida Lei Complementar. Ocorre que tal direito encontra-se implícito naquela lei. O Congresso Nacional apenas tenta explicitá-lo sem alterar o conteúdo ou o espírito da Lei, sem criar, não gerando obrigações ou ônus para a União. Neste caso singular, o Congresso Nacional tem a legitimidade jurídica para aplicar o sistema instituído pela própria Constituição à Lei Complementar que trata especificamente do assunto.

Sendo que esta formatação constitucional vai acabar de vez com essa discriminação de gênero que vigora desde 1985 nas corporações policiais do Brasil. Discriminação esta que viola todos os princípios fundamentais do Estado de Direito, comprometendo a plenitude da cidadania da policial mulher e de nossa democracia. Em todas as instituições policiais a mulher é submetida às mesmas condições de recrutamento, seleção e habilitação profissional do homem policial, cumprindo igual carga horária, com dedicação exclusiva ao serviço, dando plantões em escalas igualitárias, arcando com as mesmas responsabilidades funcionais e profissionais desempenhando missões idênticas com o risco de perder a própria vida, sendo

regida pelos mesmos princípios e normas no exercício da função policial e pela conduta disciplinar do se congênere masculino.

O conceito de masculinidade hegemônica pode ser aplicado na declaração da delegada federal, Connell (2013) analisa que esse processo é muito comum em organizações, em que o caráter generificado das burocracias e dos locais de trabalho foi cada vez mais reconhecido. A delegada questiona o discurso hegemônico, ao mesmo tempo em que desenvolve uma resistência profissional em busca por mudanças na carreira, tendo como foco principal uma transformação nos planos para aposentadoria. Assim, percebemos que espaços estão sendo negociados e ressignificados.

A institucionalização da masculinidade hegemônica em organizações específicas e seu papel nos processos organizacionais de tomada de decisões é presente na carreira de delegado federal. O autor chama atenção para as instituições militares em que padrões específicos de masculinidade hegemônica costumam ser dominantes, mas têm se tornado cada vez mais problemáticos.

9.1 Trabalho de campo no V Congresso Nacional de Delegados da Polícia Federal em 2012.

De 25 a 27 de abril de 2012 foi realizado trabalho de campo no V Congresso Nacional de Delegados da Polícia Federal, realizado na Barra da Tijuca, no Hotel Windsor Barra, no Rio de Janeiro. O congresso levava como tema “A Polícia Federal que o Brasil quer”.

No congresso tiveram várias mesas e apresentações de trabalho sobre pesquisas referentes a Polícia Federal, as seções eram representadas em sua grande maioria por delegados da Polícia Federal, mas também outros pesquisadores acadêmicos realizaram palestras e mesas redondas. O congresso também contou com a participação de outros representantes de carreiras jurídicas.

Nos painéis de apresentação e oficinas tivemos a apresentação de apenas três mulheres. Isso representa que das 34 apresentações, apenas 3 foram realizadas por mulheres.

O público do congresso era majoritariamente masculino, os participantes apresentavam-se de maneira formal, a maioria usava

terno. Entre as mulheres participantes todas vestiam trajes mais formais, como “terninhos” e roupas sociais.

Os temas das apresentações eram mais voltados para a valorização da profissão e para a avaliação das operações e funções da Polícia Federal. A temática sobre gênero, diversidade na composição foi muito pouco explorada pelos representantes da profissão. Durante a apresentação de um delegado da Polícia Federal que participa de comissões para os interesses da carreira no Congresso Federal foi levantada a questão da aposentadoria para as mulheres, que ainda hoje devem ter 30 anos de trabalho para entrar com o pedido. Homens e mulheres precisam trabalhar 30 anos para obtenção da aposentadoria. Sobre isso o delegado federal mencionou *“Perdão mulheres, mas não esquecemos de vocês para a aposentadoria.”* Segundo o representante da comissão dos delegados federais, esse tema será discutido e incorporado nas reivindicações da categoria.

Os discursos produzidos foram realizados pelos homens da carreira e defendiam uma maior valorização do grupo e da carreira, assim foi possível perceber o processo de luta pela conquista de coesão profissional através de uma construção de identidade entre os

pares. Existe no grupo uma busca pela coesão da identidade estatutária que mostra a influência da instituição sobre os profissionais, e isso pode ser visto nos discursos sobre o reconhecimento da carreira como profissão jurídica e sobre a valorização salarial.

Nos debates e apresentações a representação da categoria firmou um compromisso pela luta por uma maior autonomia da profissão e também por um maior investimento na produção do conhecimento científico através de pesquisas e da produção da *expertise*. A formação e qualificação dos profissionais foram vistas como formas da instituição conquistar maior empoderamento e autonomia.

O público do congresso era majoritariamente masculino, os participantes apresentavam-se de maneira formal, a maioria usava terno. Entre as mulheres participantes todas vestiam trajes mais formais, como “terninhos” e roupas sociais.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda a conjuntura política de desenvolvimento da PF nos mostra que se trata de uma instituição nova, em estudo, afirmação e aperfeiçoamento de suas investigações e passando por um processo de formação de seu *ethos* profissional.

Os discursos sobre a diferença de gênero na carreira foram construídos principalmente sobre o feminino.

As mulheres em termos percentuais estão menos representadas do que os homens, no entanto elas recorrem ao profissionalismo como uma forma de se firmarem no mundo profissional, expressa pela neutralidade da profissão, que aceitaria e lidaria com as diferenças como forma de compor a carreira. A forma como são avaliadas por adotarem uma postura menos dura tem um impacto sobre a atuação profissional delas.

Percebemos nos discursos dos delegados que eles valorizam a relação entre os gêneros na carreira, mostrando que existiria uma masculinidade hegemônica que é dada pelo fato da Polícia Federal ser uma instituição com maior proporção de homens, no entanto, novas masculinidades podem surgir em meio ao ideário dominante. Os homens utilizam como argumento para a menor proporção de mulheres na PF as reprovações nas provas físicas, que são requisito para ingresso na carreira. A partir disso, podemos estabelecer uma relação com a ideia de Connell de que as práticas corporal-reflexivas não devem ser pensadas individualmente, uma vez que abrangem relações sociais e simbólicas e envolvem instituições.

No discurso das delegadas a questão da prova física não é percebida como empecilho para ingresso na carreira, observa-se muito mais uma argumentação pautada no aspecto cultural, isto é, a profissão ainda é um bastião masculino e as mulheres optam menos por este segmento profissional.

Destacamos que há no interior da carreira um processo de fechamento que é generificado, encontramos dois processos o da segmentação que forma enclaves como delegacias que desempenham funções mais administrativas.

Os processos de construção de identificações profissionais estão ocorrendo e passando por transformações, sendo uma identificação do grupo com o fato da carreira ter um compromisso social e possuir uma imagem positiva perante a sociedade. Tais processos garantem uma valorização profissional.

Sobre a questão da diferença foi possível apreender pelos discursos que a instituição está ainda muito voltada para um padrão heteronormativo e que reproduz a masculinidade hegemônica. O mecanismo do armário de não se fazer revelar as diferenças é resultado de um processo normatizador. Por outro lado, as diferenças

levam a resistências e ressignificações de homens e mulheres que desenvolvem novas formas e práticas do “fazer profissional”.

Na pesquisa foi possível perceber como o profissionalismo é um importante mecanismo que gerou desigualdades através da operacionalização de discursos profissionais. No entanto, o profissionalismo pode ser operacionalizado como uma forma de desconstruir tais assimetrias. Podemos avaliar que a carreira ao incorporar diferenças contribui para uma transformação dos discursos.

11. BIBLIOGRAFIA

ADELMAN, M. *A voz e a escuta: encontros e desencontros entre teoria feminista e a sociologia contemporânea*. Curitiba: Blucher, 2009.

_____. *As mulheres no mundo equestre: forjando corporalidades e subjetividades ‘diferentes’*. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 19(3): 931-953, setembro-dezembro, 2011.

ADORNO, S.; PASINATO, W. *A justiça no tempo, o tempo da justiça*. **Tempo social**, Nov 2007, vol.19, no.2, p.131-155.

ARANTES, R. *Polícia Federal e Construção Institucional*. In: Leonardo Avritzer; Fernando Filgueiras. (Org.). *Corrupção e Sistema Político no Brasil*. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011 , p. 99-132.

_____. *Corrupção e instituições políticas: uma análise conceitual e empírica*. 7º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. Recife, 2010.

BARBALHO, R. M. **A feminização das carreiras jurídicas e seus reflexos no profissionalismo**. São Carlos, Tese de doutorado. Universidade Federal de São Carlos, 2008.

BAUMAN, Z. Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi/Zygmunt Bauman; tradução, Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BENEDITO, C. Construindo mulheres e profissionais: as relações de gênero em uma comarca no interior de São Paulo. Texto de qualificação de mestrado. Universidade Federal de São Carlos, 2012.

BHABHA, H. A outra questão In: O local da cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BONELLI, M.G; GROSS, L.; OLIVEIRA, F.L; SILVEIRA, M.N.B. Profissionalização por gênero em escritórios paulistas de advocacia. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, v. 20, p. 13, 2008.

_____. Profissionalismo, gênero e significados da diferença entre juízes e juízas estaduais e federais. In: Contemporânea, v. 1, p. 103-123, 2011.

BOURDIEU, P. A dominação masculina. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1999.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. Cadernos pagu (26), janeiro-junho, pp.329-376, 2006.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. “A bi-polaridade do trabalho feminino no Brasil: O emprego doméstico e as ‘novas ocupações’”.

Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 110(1): 67-104, 2000.

BRUSCHINI et al. Trabalho e gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional. In: BRUSCHINI et al. (Orgs). **Mercado de Trabalho e gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

BUTLER, J. **Problemas de gênero – Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, P.A.L. Delegadas: um estudo sobre a representação feminina no Departamento de Polícia Federal. **32º Encontro Anual da Anpocs**. GT 36: Sexualidade corpo e gênero. Caxambu, 2008.

CONNELL, R. W. **Masculinities: Knowledge, power and social change**. Berkeley/Los Angeles: University of Califórnia Press, 1995.

_____. **Masculinidades**. México: UNAN-PUEG, 2003.

CONNELL, R. W ; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 21(1): 424, janeiro-abril/2013.

CORREIO BRAZILIENSE. Acesso em 13/10/2014
<http://www.correiobraziliense.com.br/>.

DUBAR, C. e DEMAZIÈRE, D. Trajetória Profissional e Formas Identitárias: Uma Teorização. Revista Contemporaneidade e Educação. Ano V, nº8, 2000.

ECCEL, C. S.; GRISCI, C. L. I. Trabalho e Gênero: a produção de masculinidades na perspectiva de homens e mulheres. CADERNOS EBAPE. BR, v. 9, nº 1, artigo 4, Rio de Janeiro, Mar. 2011.

ELIAS, N. & SCOTSON, J. L. Os estabelecidos e os outsiders: a sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 2000.

EVETTS, J. Sociología de los grupos profesionales: historia, conceptos y teorías. In: Martínez, M., Carreras, J. e Svensson, L. (Org.). *Sociología de las Profesiones*. Murcia: Ed. Diego Marín Librero, 2003.

FEUVRE, N. & LAPEYERE N. Les 'Scripts sexues' de carrière dans les professions juridiques em France. Knowledge, Work & Society. Vol.3 nº1. **Savoir, Travail et Société**, p.103-125, 2005.

FEUVRE, N. Modelos de feminização das profissões na França e Grã-Bretanha. In: BRUSCHINI et al. (Orgs). **Mercado de Trabalho**

e gênero: comparações internacionais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FILHO, S.A. C. A Masculinidade em Connell: os mecanismos de pensamento articuladores de sua abordagem teórica. XIII Encontro de História Anpuh- Rio, 2012.

FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.

FREIDSON, E. Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 31, jun, 1996.

_____. **O Renascimento do Profissionalismo.** São Paulo, Edusp, 1998.

_____. **Professionalism: the third logic.** Oxford: Polity Press, 2001

GARCIA, S. M. Conhecer os Homens a Partir do Gênero e para além do Gênero. In Arilha, Margareth; Ridenti, Unbehaum, Sandra G., e Medrado, Benedito (orgs.). **Homens e Masculinidades: outras Palavras.** São Paulo: Ed. 34, 1998.

GROSSI, M. P. Masculinidades: Uma Revisão Teórica. Antropologia em primeira mão / Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina. N.1, 1995.

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2005.

LOMBARDI, M.R. Engenheira e gerente: desafios enfrentados por mulheres em posições de comando na área tecnológica. . In: BRUSCHINI et al. (Orgs). **Mercado de Trabalho e gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

MARRY, C. As carreiras das mulheres no mundo acadêmico. O exemplo da biologia. In: BRUSCHINI et al. (Orgs). **Mercado de Trabalho e gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

MISKOLCI, R. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150-182.

MOORE, D. Reasons for work in a “masculine” organization: why men and women join the Police Force (The case of Israel). *Knowledge, Work e Society*, vol.3, n.1, 2005.

NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta de criação. In: MINAYO, M. C.S. (Org.), **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, P. P. A Construção Social da Masculinidade. Belo Horizonte: Editora UFMG/Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro; 2004. 347 pp.

PARSONS, T. Las profesiones y la estrutura social. In: PARSONS, Talcott, *Ensayos de Teoria Sociológica*, Buenos Aires: Ed. Paidós, 1967.

PASINATO, W. Delegacias de Defesa da Mulher e Juizados Especiais Criminais: mulheres, violência e acesso à justiça. XXVIII Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação em Ciências Sociais – ANPOCS. Caxambu, Minas Gerais, 26 a 28 de outubro de 2004.

PISCITELLI, A. Re-criando a (categoria) mulher? In: A prática feminista e o conceito de gênero. **Coleção Textos Didáticos**, n.48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002.

_____. Comentário. **Cadernos Pagu**, n. 21. Campinas: IFCH/Campinas, 2003.

RELATÓRIO DE GESTÃO PÚBLICA, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, 2009.

RODRIGUES, M. L. *Sociologia das Profissões*. Lisboa: Celta Editora: Oieras, 1997.

RODRIGUES, C. Performance, gênero, linguagem e alteridade: J. Butler leitora de J. Derrida. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, n.10 - abr. 2012, pp.140-164.

RUBIN, G. *The Traffic in Women*. Notes on the “Political Economy” of sex. In: REITER, R. (ed.) *Toward an Anthropology of Women*. New York, Monthly Review Press, 1975.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Revista Educação e Realidade Gênero e Mulheres**, Porto Alegre, v.16, n. 2, p. 5-22, 1990.

_____. Deconstruir igualdade versus diferencia: Usos de la teoria pos estructuralista para el feminismo. **Revista Feminaria**, Buenos Aires, Ano VII, n. 13, 1994.

_____. A invisibilidade da experiência. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História**, PUC, Proj. História, São Paulo, (16), p.297-325, fev.1998.

SINHORETTO, J. *A Justiça perto do povo: reforma e gestão de conflitos*. Editora Alameda: São Paulo, 2011.

SEDGWICK, E. K. A Epistemologia do Armário In cadernos pagu. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2007, n 28 p. 19-54.

SILVEIRA, M. N. B. As delegadas de polícia de São Paulo: profissão e gênero. São Carlos, Dissertação de Mestrado. UFSCar, 2009. 134 f.

WEBER, M. Economia y Sociedad. México: Fondo de Cultura, 1984.